

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Lucas Carboni Vieira

**LIVRO DAS SOMBRAS:  
silêncio e transgressão nos discursos LGBT**

Porto Alegre  
2º semestre  
2016

Lucas Carboni Vieira

**LIVRO DAS SOMBRAS:  
silêncio e transgressão nos discursos LGBT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dóris Maria Luzzardi Fiss

Porto Alegre

2º semestre

2016

Dedico este trabalho a todos aqueles e aquelas que enfrentam o silenciamento e lutam, todos os dias, pelo direito de ser, viver e dizer.

## AGRADECIMENTOS

Sinto a necessidade de agradecer à Vida: de agradecer às dificuldades que tonificam a alma – muito mais do que as alegrias que vivemos. Estes momentos, um dia vertidos como lágrimas, como diz Viviane Mosé, rasgam o espírito para que ele seja maior e para que possa comportar, dentro de si, mais coisas do mundo. Mais saber, mais compreensão, mais afetos, mais simpatias.

Agradeço à Vida, pelas mulheres que marcaram meu caminho. Os homens, de forma geral, na figura de colegas de escola ou mesmo de desconhecidos, materializaram a opressão e foram ferramentas de regulação da norma. Foram elas que, entretanto, não apenas me acolheram, mas me deram espaço para crescer. Agradeço à Vida, pela avó que tenho, Zélia, a grande fortaleza da família, que erigiu no meu coração a capacidade de amar apesar de tudo. Agradeço pela mãe, Rosângela, que materializa o testemunho vivo de alguém que coloca o bem-estar alheio à frente das próprias necessidades. Como também agradeço pela minha irmã, Fernanda, que pedi em uma oração quando pequeno. Agradeço pelas amigas que coloriram a minha trajetória com mais leveza, quando os tempos foram mais tormentosos. Agradeço pela Camila O. que me possibilitou ser quem sou e ser feliz com isso e à todas as outras mulheres fortes e fantásticas que, apenas por passaram pelo meu caminho, deram exemplo de coragem e determinação.

Agradeço à Vida por ter escolhido a Pedagogia e neste percurso ter encontrado outras mulheres maravilhosas que me ensinaram a militar. Agradeço, assim, às minhas colegas do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação – Joana Ludwig, Joana Stédile, Paula de Lima, Camila Martins, Débora Moreira, Júlia Bragé, Paula Ramos, Laura Trein, Ingrid Talita, Micaela Gluz, Taís Flores, Aline Miranda, Fabiane Castilhos, Beatriz Simonetti, Giovanna Perez, Camile Balestrin, Camila Wächter. Também foi a Pedagogia que me presenteou com uma orientadora única.

Também não posso deixar de agradecer à Vida, os “bons homens” que ela pôs em meu caminho. Agradeço pelo meu pai, Paulo, que me presenteou com a compreensão e o apoio constantes, como também ao meu irmão, Maurício, que sempre quis me proteger, mesmo sendo mais novo que eu. Como também agradeço pelos amigos queridos Matheus Santos e Paulo Bergallo, que, cada um à sua maneira, deixaram marcas lindas na minha história. À Vida, e a vocês, só tenho a agradecer.

*“ [...] como os druidas sabem, é aquilo em que a humanidade acredita que modela o mundo e toda a realidade. ”*

*“Não existe história totalmente verdadeira. A verdade tem muitas faces e assemelha-se à velha estrada que conduz a Avalon; o lugar para onde o caminho nos levará depende da nossa própria vontade e de nossos pensamentos”*

(Marion Z. Bradley – As Brumas de Avalon)

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso trata dos discursos de pessoas LGBT acerca da discriminação e da militância, contando com a colaboração de dezesseis participantes de Porto Alegre, Gravataí, Canoas e Alvorada. Movido pela minha experiência de sujeito LGBT, estudante militante na graduação e analista de discurso pecheuxtiano, objetivei compreender os discursos, evidenciando efeitos de sentidos relacionados à LGBTfobia e à militância e os modos como esses sentidos se vinculam, ou não, a movimentos de resistência à heteronorma. Na etapa de produção de dados, utilizei questionários virtuais, através da plataforma gratuita *Survey Monkey*, constituindo, assim, um trabalho qualitativo do tipo estudo de caso a partir das perspectivas de Lüdke e André e Minayo. O questionário convida o respondente a refletir sobre militância, política, ativismo e LGBTfobia. Esta pesquisa justifica-se pela busca de entendimento das possibilidades do dizer de pessoas LGBT, apreendendo como o silenciamento, a interdição do dizer e a transgressão se materializam nos discursos. Através de pesquisa de revisão bibliográfica, percebi a quase inexistência de produções que aproximem Análise de Discurso (AD) e a questão LGBT. Conteí com Katz, Simões e Facchini para pensar a história da hetero e da homossexualidade, tratando dos movimentos LGBT na Europa, EUA e no Brasil. Michel Pêcheux e Eni Orlandi são as referências centrais para pensar o jogo do discurso e a relação entre paráfrase e polissemia, possibilitando uma aproximação menos ingênua dos discursos. Fui surpreendido por nove efeitos de sentidos, que revelam como o silêncio está presente nos discursos LGBTs, inscrevendo-se em duas formações discursivas (FD) antagônicas: FD de Gênero Conservadora e FD de Gênero Transgressora. Na primeira, se inscrevem os efeitos de sentido de concessão, de transformação, de militância impessoal, de militância da informação conservadora/iludida e da militância sobrevivente. Na segunda, se inscrevem os efeitos de sentido de militância guardiã, militância manifesto, militância da informação de ruptura e de LGBTfobia inconstitucional. Tais descobertas demonstram que sujeitos e sentidos se constituem na errância, no deslizamento, no intervalo. Demonstram que, mesmo que silenciados em função dos jogos de poder presentes nos jogos de linguagem, LGBTs se constituem no intervalo entre silêncio e transgressão.

**Palavras-chave:** Sexualidade; LGBT; Análise de Discurso; Michel Pêcheux.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PRIMEIRO ARCANO: palavras nas sombras.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>SEGUNDO ARCANO: o mistério do sexo.....</b>	<b>16</b>
2.1	AS SOMBRAS ORIGINAIS.....	16
2.2	NOVAS SOMBRAS: hetero e homo.....	21
2.3	SOMBRAS DA TRANSGRESSÃO: primeiros passos.....	25
2.4	SOMBRAS DA TRANSGRESSÃO: Brasil.....	29
<b>3</b>	<b>TERCEIRO ARCANO: o ato do dizer.....</b>	<b>33</b>
3.1	DISCURSO.....	37
3.2	SUJEITO.....	36
3.3	HISTÓRIA.....	40
3.4	IDEOLOGIA.....	42
3.5	SENTIDO.....	43
3.6	FORMAÇÃO DISCURSIVA E FORMAÇÃO IDEOLÓGICA.....	44
<b>4</b>	<b>QUARTO ARCANO: SOMBRAS SOBRE SOMBRAS.....</b>	<b>46</b>
<b>5</b>	<b>QUINTO ARCANO: SURPRESAS NAS SOMBRAS.....</b>	<b>57</b>
5.1	SOMBRAS E MOVIMENTOS.....	60
5.1.1	EFEITOS DE SENTIDO DE MILITÂNCIA GUARDIÃ E DE MILITÂNCIA SOBREVIVENTE.....	61
5.1.2	EFEITOS DE SENTIDO DE MILITÂNCIA IMPESSOAL E DE MILITÂNCIA MANIFESTO.....	65
5.1.3	EFEITOS DE SENTIDO DE TRANSFORMAÇÃO E DE CONCESSÃO.....	71
5.1.4	EFEITOS DE SENTIDO DE LGBTFOBIA INCONSTITUCIONAL E DE MILITÂNCIAS DA INFORMAÇÃO.....	73
<b>5.1.4.1</b>	<b>Efeito de Sentido de Militância da Informação Conservadora/Iludida e Efeito de Sentido de Militância da Informação de Ruptura.....</b>	<b>75</b>
<b>5.2</b>	<b>O LIVRO E AS SOMBRAS SILENCIADAS.....</b>	<b>79</b>
<b>6</b>	<b>HÁ SOMBRAS ALÉM.....</b>	<b>83</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>84</b>
	<b>APÊNDICE A – Tabela De Dados Dos Participantes.....</b>	<b>87</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABIA** – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids

**AD** – Análise de Discurso

**CP** – Condição de Produção

**DAFE** – Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação

**EBHO** – Encontro Brasileiro de Homossexuais

**EGHO** – Encontro de Grupos Homossexuais Organizados

**FD** – Formação discursiva

**FI** – Formação ideológica

**GALF** – Grupo de Ação Lésbica-Feminista

**GAPA** – Grupo de Apoio e Prevenção à Aids

**GGB** – Grupo Gay da Bahia

**Grupo pela VIDDA** – Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids

**LGBT** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros

**SD** – Sequência Discursiva

## 1 PRIMEIRO ARCANO: PALAVRAS NAS SOMBRAS

Prazer. Essa palavra gera, em todos aqueles e todas aquelas que a leem, diversas sensações, reflexões e inquietações, diversos pensamentos e anseios. O Prazer<sup>1</sup> ocupa (e preocupa) os seres humanos. O Prazer atravessa os corpos, toca as vontades, tange as cordas da fantasia, do místico e da realidade. No campo do Prazer não há certo ou errado: há realização, satisfação. Essa fluidez, de uma forma quase moral, perturba uma sociedade que se sustenta na concretude. A cultura ocidental - sumariamente aquela que surge com a sedimentação de uma forma específica de cristianismo e, posteriormente, com a revolução iluminista - anseia por formas, por construtos, por certezas. Tudo aquilo que é vago, etéreo e liquefeito incomoda, perturba, inquieta. O Prazer, como esta “entidade” que se inscreve na existência do ser humano, rompe com a concretude para ser. O Prazer apenas é, sob suas multifacetadas formas.

Tudo aquilo que é - ou parece ser - tocado pelo Prazer herda sua inquietação, sua provocação. O Corpo, materialidade do indivíduo que existe, mas também objeto de construção e atravessamento sociocultural, é igualmente tocado pelo Prazer e é nesta instância que se torna possível objeto do profano. O Prazer encontra uma de suas diversas manifestações na expressão da Sexualidade. E este é um tema que, desde muito, gera reviravoltas na opinião pública. Hoje, condicionados pela heteronorma<sup>2</sup>, temos dificuldade - para não dizer que somos impossibilitados - de compreender a pluralidade de arranjos e interpretações dados às questões da sexualidade ao longo da história da humanidade. O princípio da compreensão contemporânea da Sexualidade situa-se no século XIX.

Em outras palavras, a forma com que hoje se compreende o tema é, historicamente, muito recente. Desde este ponto, o Sexo atravessou-se pelas questões de gênero - da forma que hoje conhecemos -, encontrando subsídios e simbiose em outra díade definidora: homem e mulher. O que é ser homem? O que é preciso para ser homem? Quais são os direitos daqueles que são ditos homens? O que é ser mulher? O que é preciso para ser mulher? Quais são os direitos daquelas que são ditas mulheres? O que estes que assim se

---

<sup>1</sup> A palavra Prazer aparece, aqui, escrita com letra maiúscula, por estar sendo considerada, quanto ao seu sentido, quase como uma entidade, uma força que permeia a humanidade ao longo de sua história. Outras palavras (Corpo, Sexualidade, Sexo) também serão escritas com letra maiúscula pelo mesmo motivo.

<sup>2</sup> Heteronorma ou heteronormatividade trata-se da produção e reiteração compulsória da heterossexualidade. Como aponta Guacira Lopes Louro: “Supõem-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais – daí que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico ou o midiático sejam construídos à imagem e à semelhança desses sujeitos.” (2009, p. 90).

classificam devem exercer? Como devem se comportar? Estes questionamentos, preenchendo os ditos e os não-ditos, compõem os saberes comuns acerca de homens e mulheres. Serão nestas normas que os valores acerca da hetero e da homossexualidade se encaixarão. Mulheres “devem” ter desejos sexuais por homens; homens “devem” ter desejos sexuais por mulheres. Assim eles e elas serão “normais”. Aqueles que refutarem esta norma encontram-se deslocados, desorientados, desviantes.

O Prazer vivenciado pelos indivíduos - agora necessariamente organizados como homens ou mulheres - na expressão das suas sexualidades sofreu a ostensiva atenção daqueles que instituíram sentidos de certo e errado para suas manifestações. Se, em primeira instância, é a religiosidade que joga o véu da vergonha sobre os sexos, será a medicina a grande “portadora das verdades” que, com seu caráter assumido como real e infalível, dirá cientificamente daquilo que é normal e daquilo que é patológico. Será a leitura de homens - pois eram eles que exerciam a ciência da época - do século XIX, limitados pela sua visão branca, burguesa e ocidental de mundo, pela sua lógica particionada dos saberes científicos (que deveriam seguir um processo matemático), que irá constituir os valores que até hoje reverberam em nossa sociedade.

Como homossexual, foi desde muito cedo que sofri a ação desta constituição. A heteronormatividade, mesmo antes de eu ter ideia do que se tratava, e antes ainda de me identificar como homossexual, já agia ferozmente. Seu desejo era, como toda norma, reorganizar, moldar no ferro cadente e violento da sua vontade, aqueles e aquelas que pareciam caminhar para lugares considerados distantes do dito padrão. Estes lugares nada mais seriam que a compreensão do exercício do Prazer sob outra égide: uma égide não-heterossexual. Em 1997, na primeira série do ensino fundamental, um chute acompanhado do xingamento “bichinha” traçou uma linha na minha trajetória: eu deveria retornar para aquele lugar do correto e do bom ou sofreria a ação do meio por negar-me a isso. O cruel, nesse processo, se dá em três instâncias: 1) eu não fazia ideia de que *lócus* era esse do qual eu havia me afastado; 2) eu não sabia o que em mim denunciava o meu afastamento; 3) eu não sabia o que era ser “bicha”.

Com o passar dos anos, a heteronorma cobrou o preço da minha teimosia em permanecer fora do lugar que me havia sido reservado: ela se materializou nas ofensas de colegas de escola, em alguns casos até professores e desconhecidos que passavam pela rua. Eu, como homem, jamais deveria negar-me a ocupar o espaço que me era reservado. Eu deveria ser homem! Particularmente, nunca deixei de me considerar homem, então não

compreendia ainda o que me estava sendo demandado. Nesse contexto, umas das grandes marcas da masculinidade era a agressividade e o interesse pelo futebol. Ao que parecia, minha não consonância a elas já era desrespeito demais às regras.

Quando o conceito de “bicha” tomou forma, como um homem que se atrai por outros homens, as coisas começaram a fazer sentido. Apesar de, em nenhum momento da minha educação fundamental, eu ter expressado qualquer vestígio de interesse amoroso por qualquer rapaz, meu problema era o inverso: eu não expressava interesse afetivo por nenhuma menina. Aí residia a minha autodeclaração. Isso ficou claro quando, na sexta série, na segunda semana de aula, um grupo de colegas tentou me forçar a beijar uma menina com quem eu começava uma amizade. Neguei-me a fazê-lo e isso denunciou o que eu era: viado. Isso gerou um efeito cascata na escola, pois os meus colegas conviviam com meninos mais velhos, da oitava série, e eles também se tornaram “justiceiros da heteronorma” para cobrar minha “retratação com a lei”.

Nesse ponto, eu já havia percebido: eu de fato não pertencia ao lugar da norma, apesar de não me nomear como homossexual e de aceitar, na oitava série, um pedido de namoro de uma colega. Ela estava - supostamente - apaixonada. Eu não queria perder a amiga. O namoro, entretanto, não me protegeu do olhar fulminante da heteronorma, que não deixava que eu me escondesse sob sombra alguma: eu já estava marcado. Seria no 1º ano do ensino médio que toda a fortificação que eu havia construído para me proteger dos outros - e da minha “condição homossexual” - desmoronaria: eu me apaixonei. Eu já lidava - dentro das possibilidades de um adolescente - com o fato de ser gay. Já havia me assumido para meus pais e a compreensão deles - também dentro das suas possibilidades - me salvou do terror e do peso de ser desconhecido, do peso da mentira: eu nunca daria aos meus pais aquilo que a cultura, a partir do meu sexo biológico, lhes havia prometido. Apaixonar-me, entretanto, estava completamente fora dos meus planos: eu queria ser gelado, eu queria não sentir. Mas não havia barreira, condicionamento ou força que resistisse ao calor desse sentimento. Éramos amigos. Ele hetero e eu homossexual. Evidentemente, o final não foi hollywoodiano, um final feliz.

Seria então, em 2007, quando ingressei no curso técnico de gestão empresarial, que eu conheceria uma pessoa muito especial: Camila Ordakowski. Ela tratava das questões da orientação sexual com uma naturalidade que eu nunca havia visto antes. Ninguém que eu conhecesse até então falava do assunto daquela forma. Ela o fazia em tom de celebração, de felicidade, de alegria. Sob os seus olhos não era pecado, não era feio, não era errado. Além

de apenas ser, era ser “fabuloso”, era ser aquilo que os homens heterossexuais não aceitavam ser: sensíveis, disponíveis, livres, felizes, afetivos, coloridos. Viramos amigos. Mila (apelido carinhoso), uma garota heterossexual, me ensinou a ter orgulho de ser homossexual.

Na graduação em Pedagogia, mais empoderado de mim mesmo, assumido e determinado a não mais me envergonhar deste traço da minha personalidade, me deparei com o movimento estudantil, na figura de um grupo de colegas de curso que desejaram concorrer ao DAFE (Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação). Juntei-me ao grupo “meio que de arrasto”, carregado por Joana Stédile, hoje, uma querida amiga, a quem devo esta valiosa experiência. Ali entrei em contato com as questões de gênero, de sexualidade, de militância, de posicionamento político. Outra Joana, colega de curso e posteriormente de DAFE, contribuiu na minha trajetória: Joana Ludwig me instruiu acerca da militância e se tornou uma amiga especial e uma professora inspiradora. Algumas destas temáticas foram pinceladas também ao longo da graduação, mas foi na experiência do DAFE que consolidei minha coragem, minha certeza e meu orgulho. Também foi ali que minhas inquietações surgiram. Por que ainda existem pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros (LGBT) que não se assumem? Por que ainda existe LGBTfobia de uma forma tão intensa? Desta forma que ainda oprime, que ainda mata?

Nos caminhos da graduação, encontrei-me com a Análise de Discurso (AD) de matriz francesa, na figura da amiga e mestra Dóris Maria Luzzardi Fiss. Convidando-me para ser seu monitor e, posteriormente, bolsista de iniciação científica, após participar de uma disciplina eletiva, acabei me envolvendo - e me apaixonando - pelo trabalho de Michel Pêcheux. Fui provocado a repensar minhas inquietações acerca das questões LGBT por este viés: quais seriam os sentidos evidenciados no discurso de pessoas LGBT acerca da homofobia? Por que, em reconhecendo a opressão de que somos alvo, uma expressiva parcela desta comunidade não se dedica a mudar a nossa realidade? Que sentidos outros poderiam ser descobertos nos discursos praticados por pessoas LGBT? Cruzando minha própria história com as provocações discursivas propostas por Pêcheux, ansiei dar voz a estas questões que se desenharam como questões de uma pesquisa cujo tema é exatamente o discurso das pessoas LGBT acerca da sua situação social. A tal tema, a tais inquietações, a tais questões de pesquisa estão associados objetivos de estudo que, ao propor motivos para os caminhos investigativos trilhados por mim, falam de um compromisso com a busca de compreensão de certo acontecimento histórico-discursivo: a produção de subjetividades

desde um modo de ser e estar no mundo que tem, de diversas formas, sido silenciado por meio da estabilização de sentidos vinculados à heteronorma. Assim sendo, este estudo intenta tanto compreender discursos nos quais reverberam sentidos de LGBTfobia<sup>3</sup> e de militância, respectivamente, quanto compreender como esses sentidos se vinculam, ou não, a movimentos de resistência à heteronorma e a seus desdobramentos.

Durante meu tempo de militante no DAFE (2012-2016), encontrei diversos coletivos e movimentos que lutavam pelos seus direitos, mas não me deparei com coletivos LGBT. Em manifestações externas à faculdade, de movimentos sociais, também não encontrei estes lugares de militância. Os eventos externos à faculdade, dedicados ao Orgulho LGBT, mais pareciam comícios político-partidários nos quais a questão dos/das LGBT, apesar de ser o motivo do encontro e o objeto dos discursos, era relegada a segundo plano. José Vicente Tavares dos Santos, em entrevista ao Sul21, ao analisar a crise de representatividade política no Brasil, diz:

[...] do ponto de vista da política, qual foi o grande perdedor dos protestos de junho do ano passado? Os partidos políticos, todos. Então se tem uma crise da representação no sentido que os 28 partidos não conseguem representar essa mudança da sociedade, nenhum deles. [...] O que eu acho que isso leva a mostrar que os partidos políticos não estão desempenhando um papel de educação política. (SUL21, 2014)

É, exatamente, esta falha na educação política da coletividade que presenciei nestes espaços. Os partidos envolvidos não abriam mão da possibilidade de promoção eleitoral em nome da pauta a ser apresentada e debatida. Um potente espaço de formação, de provocação, de desconstrução, era perdido pela gana de visibilidade político-partidária. Como Samir Oliveira (SUL21, 2013) coloca, desde 2013, com as Jornadas de Junho, a aversão a todos os partidos políticos ficou evidente, o que demarca o desinteresse coletivo em qualquer movimento em que a política partidária parece estar envolvida. Esta perspectiva diante do cenário político LGBT também me motivou a desenvolver este trabalho.

Este trabalho caracteriza-se, então, por ser uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, em que utilizei um questionário semiestruturado composto por dez questões que se traduzem como desdobramentos de minhas inquietações e das questões a partir das quais

---

<sup>3</sup> Expressão que passa a substituir “homofobia” como termo genérico para a discriminação contra pessoas homossexuais. Com a maior representação dos outros sujeitos da sigla LGBT, e com a crescente luta por visibilidade, o termo LGBTfobia apreende com melhor precisão as particularidades das diferentes discriminações direcionadas à homossexuais, a bissexuais, a lésbicas e a transexuais e travestis.

essa investigação foi delineada por mim. O questionário foi realizado virtualmente através da plataforma gratuita *Survey Monkey*<sup>4</sup>. Os participantes foram convidados a expor suas concepções acerca dos significados de militância, ativismo e política e, posteriormente, a discorrer sobre LGBTfobia e possibilidades de mudança. A última questão, de caráter facultativo, convidava os participantes a compartilhar uma experiência pessoal relacionada à sua vivência LGBT.

A primeira parte deste trabalho dedica-se a uma contextualização histórica da luta LGBT e de seu surgimento nos EUA e no Brasil, relacionando com os relatos de experiência de vida de colaboradoras e colaboradores da pesquisa. Exporei também o revisão bibliográfica realizado acerca deste casamento: militância LGBT e Análise de Discurso francesa pecheuxiana, revelando a ausência de trabalhos que realizam esta aproximação. A segunda parte dedica-se a apresentar o relevante trabalho de Michel Pêcheux, falando a respeito de sua teoria-metodologia, de seus conceitos, de seu funcionamento. A terceira parte apresentará o *corpus* e as análises dos sentidos apreendidos a partir dele.

O título deste trabalho refere-se a um importante instrumento das praticantes da Bruxaria e do Wiccanismo: o *Livro das Sombras* é um diário de aprendizagens e descobertas em que as iniciadas e os iniciados fazem registro de toda a sua trajetória na exploração da Arte. Esta será a temática que envolverá os títulos e subtítulos do trabalho. O *Livro das Sombras* é considerado um instrumento mágico, parte indispensável no processo de desenvolvimentos dos saberes místicos. Apesar de não ser praticante da Arte, o simbolismo utilizado nesta expressão religiosa me é fascinante e muito parece dialogar com a Análise de Discurso e com o tema da Sexualidade. A Bruxaria ainda faz parte daqueles saberes misteriosos (tanto quando o Prazer, que também parece ter relação fronteira com a magia), desconhecidos, místicos. A Análise de Discurso, pela minha percepção, reside – apesar de toda sua metodologia e teoria, tal qual a própria Bruxaria – neste ponto do místico, do mágico, dadas as andanças que propõe no mergulhar nas brumas do discurso. Trato este trabalho como um *Livro das Sombras*, pois nele desenho um profundo itinerário de autodescobrimento e autoconhecimento: nunca havia pensado sobre sexualidade da forma com que aqui penso e tampouco conhecia a imbricada e nebulosa história que trata do desenvolvimento da heterossexualidade e da militância LGBT. Assim,

---

<sup>4</sup> Site: <https://pt.surveymonkey.com/>

cada capítulo será um arcano, um mistério, um segredo a ser apresentado, enquanto as sombras são a movimentação deste incógnito que busco decifrar.

Por fim, este compêndio de saberes recebe o nome de *Livro das Sombras* por conter saberes que ficam apartados da realidade do mundo, eclipsados, desconhecidos. Aqui apresento sentidos que jazem nas brumas do discurso, que jazem incógnitos. Deixo, assim, o convite para penetrar essas brumas e minhas aprendizagens enquanto neófito da Análise de Discurso.

## 2 SEGUNDO ARCANO: O MISTÉRIO DO SEXO

### 2.1 AS SOMBRAS ORIGINAIS

Iniciei o trabalho realizando pesquisa em 9 (nove) repositórios virtuais com o intuito de vislumbrar o que já se produziu acerca dos temas aqui abordados, entre os anos de 2011 e 2016. Os repositórios foram escolhidos em razão da sua relevância acadêmica, abrangendo artigos em periódicos, trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações e teses. Os repositórios pesquisados foram: 1) LUME (UFRGS)<sup>5</sup>; 2) Repositório da UNICAMP<sup>6</sup>; 3) SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*)<sup>7</sup>; 4) Portal de Periódicos - CAPES<sup>8</sup>; 5) Revista *Educação & Realidade* (UFRGS)<sup>9</sup>; 6) *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (INEP)<sup>10</sup>; 7) *Revista Organon* (ILA-UFRGS)<sup>11</sup>; 8)

---

<sup>5</sup> Lume é o repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Reúne trabalhos de conclusão da graduação, dissertações, teses e outros documentos gerados no âmbito da Universidade. O endereço do link é: <http://www.lume.ufrgs.br/>

<sup>6</sup> O Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp é o instrumento oficial para coleta, organização, disseminação e preservação de todo o conhecimento produzido na Universidade. Por meio dele, docentes, pesquisadores, alunos de graduação, alunos de pós-graduação e servidores técnicos administrativos vinculados à UNICAMP devem depositar seus resultados de pesquisas, de modo a: proporcionar acesso aberto e público à produção científica e intelectual da Universidade, de modo a aumentar sua visibilidade, acessibilidade e difusão; facilitar a gestão e o acesso à informação sobre a produção científica e intelectual da UNICAMP, por meio da oferta de indicadores confiáveis e validados; integrar-se a um conjunto de iniciativas nacionais e internacionais, por meio de padrões e protocolos de integração qualificados e normalizados. O endereço do link é: <http://www.repositorio.unicamp.br/>

<sup>7</sup> A *Scientific Electronic Library Online - SciELO* é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. O endereço do link é: <http://www.scielo.br/?lng=pt>

<sup>8</sup> O Portal de Periódicos da Capes é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 29 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, nove bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. O endereço do link é: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

<sup>9</sup> *Educação & Realidade* é um periódico da área de Educação que reúne artigos de diferentes aportes teóricos com temas ligados a vários campos do conhecimento, em sintonia com os debates que acontecem no meio acadêmico nacional e internacional. Classificada como revista A1 pelo Qualis-Capes. O endereço do link é: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade/](http://www.ufrgs.br/edu_realidade/)

<sup>10</sup> A *RBEP* publica artigos inéditos, resultantes de pesquisas que apresentem consistência, rigor e originalidade na abordagem do tema e contribuam para a construção do conhecimento na área de Educação. A *RBEP* também publica relatos de experiência e resenhas. O endereço do link é: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/about/index>

<sup>11</sup> *Organon* é uma revista científica do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, destinada à divulgação de trabalhos total ou parcialmente inéditos concernentes a questões de Língua/Linguística e Literatura/Teoria Literária. A critério da Comissão Executiva da Revista, poderão, em caráter excepcional, ser aceitos trabalhos já divulgados anteriormente. O endereço do link é: <http://seer.ufrgs.br/organon/>

Revista *Educação* (PUCRS)<sup>12</sup>; 9) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>13</sup>. Inicialmente pretendia utilizar também o Google Acadêmico, o Repositório da UFSCAR e o Portal de Teses e Dissertações da CAPES. O Google Acadêmico e o Portal de Teses e Dissertações da CAPES foram retirados em razão da impossibilidade de realizar um refino adequado dos descritores pesquisados. Já o Repositório da UFSCAR foi retirado por estar *hackeado*, o que impossibilitava a pesquisa.

Organizei a investigação em três etapas. Na primeira foram utilizados os descritores simples “Análise de Discurso”; “Michel Pêcheux”, “Gênero”, “Sexualidade” e “LGBT”, objetivando ter noção do universo de pesquisas disponíveis com estes termos. A segunda etapa, tentando especificar as pesquisas realizadas, foi a de descritores compostos. Então cruzei os descritores simples sob duas formas: “Gênero e Sexualidade” e “Militância LGBT”. Pretendia averiguar a expressividade destes termos em pesquisas com estes temas. A etapa final realizou uma comparação de descritores compostos: 1º) Gênero e Discurso e Gênero e Análise de Discurso; 2º) Sexualidade e Discurso e Sexualidade e Análise de Discurso; 3º) LGBT e Discurso e LGBT e Análise de Discurso. O objetivo desta etapa era verificar a inserção de uma perspectiva discursiva no debate de questões relativamente a Gênero, Sexualidade e LGBT e, posteriormente, recortar, deste grupo, aqueles que, mais especificamente, cruzavam Gênero, Sexualidade e LGBT e a Análise de Discurso pecheuxtiana.

A pesquisa nos repositórios apresentou muitas dificuldades. Cada site possui um sistema específico de pesquisa, alguns contando com mais possibilidades de refino da pesquisa, outros com menos, demandando, assim, a compreensão do funcionamento de cada um dos repositórios. Além disso, outro desafio foi o uso dos descritores. Especificamente quanto ao descritor “Gênero”: eram considerados os trabalhos relacionados a gênero discursivo, gênero literário, gênero musical e gênero textual. Assim, para garantir que os trabalhos evidenciados nas pesquisas fossem relacionados a gênero

---

<sup>12</sup> A revista *Educação* é uma publicação científica da Faculdade de Educação, sob a responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS. Tem como propósito divulgar a produção científica original de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação. Publica artigos e ensaios inéditos, resenhas, entrevistas, traduções, entre outras contribuições acadêmicas. É editada desde 1978 e tem periodicidade quadrimestral. Classificada como A2 pelo Qualis-Capes o endereço do link é: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced>

<sup>13</sup> A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) tem por objetivo reunir, em um só portal de busca, as teses e dissertações defendidas em todo o País e por brasileiros no exterior. A BDTD foi concebida e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), tendo o seu lançamento oficial no final do ano de 2002. O endereço do link é: <http://bdttd.ibict.br/vufind/>

como categoria sociocultural, realizei a pesquisa deste descritor na busca por “assuntos”, demarcando a necessidade de exclusão dos outros termos pela utilização da ferramenta “AND NOT”, que retira dos resultados as expressões enumeradas.

A terceira etapa evidenciou precariedades nos trabalhos desenvolvidos acerca da Análise de Discurso. Em um primeiro momento, desconfiei da existência de poucos trabalhos realizados com a teoria de Pêcheux como aporte teórico-metodológico. Insistindo na investigação, percebi que, em verdade, o termo Análise de Discurso era pouco usado. Era o descritor - desatualizado em termos do trabalho de Pêcheux - *Análise do Discurso* o de maior circulação. Foi preciso, dessa forma, efetuar a pesquisa com os dois termos, em cada repositório, realizando comparações entre os resultados a fim de não considerar trabalhos repetidos. Ao pesquisar o descritor “Michel Pêcheux”, surpresa: em geral os investigadores e as investigadoras que se filiam a AD não utilizam Michel Pêcheux como descritor para seus trabalhos. Em contraposição, Michel Foucault aparece expressivamente nos trabalhos em que é utilizado como referencial teórico. Como grande parte dos repositórios não pesquisa os termos utilizados como expressões, o primeiro nome de Pêcheux acaba puxando resultados relacionados a Foucault e outros teóricos de áreas que sequer são relacionadas às Ciências Sociais, à Filosofia, à Educação. Estas duas características - 1) a pouca utilização de Michel Pêcheux como descritor para trabalhos; 2) e a especificidade de funcionamento dos repositórios - complexificaram ainda mais o processo de pesquisa, pois, em mais de um repositório, foi necessário abrir cada um dos trabalhos descobertos na pesquisa para verificar, em suas referências bibliográficas, a utilização da AD francesa pecheuxtiana como referencial.

Este trabalho braçal se fez necessário também em razão dos resumos apresentados por trabalhos. Muitos deles não deixam claro a linha teórica a qual se filiam, apenas utilizando termos como “discurso” ou “análise discursiva”. Entretanto, a AD de Michel Pêcheux não é a única que se utiliza do discurso como materialidade reflexiva. Bakhtin o problematiza, como também Fairclough com sua Análise Crítica do Discurso, e o próprio Foucault. Dessa forma, os resumos se tornaram pouco úteis em esclarecer as especificidades dos trabalhos.

Apesar das dificuldades, foi possível quantificar os trabalhos realizados nos últimos cinco anos e disponibilizados nas plataformas virtuais supramencionadas. Pude observar que, apesar da efervescência da temática do Gênero e da Sexualidade, o número de trabalhos realizados entre 2011 e 2016 não parece ser volumoso. O descritor “Gênero”, no

seu maior resultado em repositório, apresenta 1.398 trabalhos (SCIELO e Portal de Periódicos/CAPES). Não é possível, entretanto, somar diretamente todos trabalhos descobertos por repositório a fim de obter um número total de produções, pois diversos sites apresentam os mesmos trabalhos em seus bancos. Por exemplo, o BDTD contém trabalhos encontrados no LUME e na UNICAMP. O Portal de Periódicos/CAPES apresenta trabalhos encontrados no Scielo, no LUME, na UNICAMP e em outros repositórios. O mesmo acontece com os outros descritores. Pesquisando por “Sexualidade”, percebi uma queda nos trabalhos: a maior taxa se encontra no BDTD, que contém 1.066 escritos. Enquanto “Gênero” possui 1.398 produções no SCIELO e no Portal de Periódicos, “Sexualidade” apresenta 660 (SCIELO) e 630 (Portal de Periódicos) trabalhos realizados: uma diferença média de 730 trabalhos produzidos. No LUME a diferença também é chamativa, com 95 trabalhos realizados com o descritor “Sexualidade” em contraposição aos 373 relacionados a “Gênero”, uma diferença de 278 produções. O descritor “LGBT” apresenta um efeito particular. Em todos os repositórios praticamente não são encontrados trabalhos com este descritor, ele, entretanto, destaca-se - em disparado - no Portal de Periódicos/CAPES onde resulta 3.535 produções. Também se destaca na revista *Educação & Realidade/UFRGS*, com 46 artigos referenciados.

Passando para a Etapa 2, a quantidade de trabalhos encontrados continua em decréscimo. O descritor composto “Gênero e Sexualidade” apresentou o maior número de trabalhos no BDTD, sendo 464. Surge o questionamento: se nos descritores simples “Gênero” e “Sexualidade”, quando pesquisados separadamente, atingiram a média de 1.100 trabalhos no mesmo repositório, por que esta diferença de 636 trabalhos quando utilizado o descritor composto? Parece que, apesar da associação do Gênero com a Sexualidade, como dimensões que se interpenetram, a produção intelectual nessas áreas tem preferido tratar de tais assuntos de forma separada. Será, entretanto, no descritor composto “Militância LGBT” que se encontram os menores índices dessa etapa: 5 repositórios sem nenhum trabalho desenvolvido, sendo um deles repositório de grande abrangência (Portal de Periódicos/CAPES), 2 trabalhos no SCIELO, 2 na Revista *Educação & Realidade*, 1 no LUME e 10 produções no BDTD. Transparece a escassez de trabalhos que, nos últimos 5 anos, realizaram essa aproximação.

A terceira etapa, onde cruzei descritores compostos com “Discurso” e, posteriormente, “Análise de Discurso”, a fim de perceber a aproximação entre essas temáticas e, ainda, a distinção na quantidade de escritos que consideram o discurso e

daqueles que se balizam na AD francesa, revelou que os trabalhos que aproximam “Gênero” e “Discurso” caem para além da metade nos repositórios em que o descritor “Gênero” revela 1.398 trabalhos. Quando reconduzi este recorte para a Análise de Discurso, a quantidade de trabalhos realizados reduziu bruscamente. Apenas quatro repositórios apresentam escritos que realizam essa aproximação: LUME, SCIELO, Portal de Periódicos/CAPES (com o maior número) e a BDTD. Em igual forma, a diferença entre o maior número de trabalhos realizados com “Gênero” e “Análise de Discurso” é sete vezes menor que a quantidade de trabalhos realizados com “Gênero” e “Discurso” no mesmo repositório. Uma constante observada nesta pesquisa foi que “Sexualidade” apresenta um número menor de trabalhos em comparação com o descritor “Gênero”. Na interface com “Discurso” e “Análise de Discurso”, a sistemática se manteve. O maior número de trabalhos que envolvem “Sexualidade” e “Discurso” está na BDTD, com 341 trabalhos. Unindo “Sexualidade” à “Análise de Discurso”, considerando o mesmo repositório, a quantidade de trabalhos é oitenta e cinco vezes menor: foram realizados 4 trabalhos. Encontrei, ainda, três trabalhos no LUME, um trabalho no SCIELO e dois trabalhos no Portal de Periódicos/CAPES. Para os descritores “LGBT” e “Discurso”/“Análise de Discurso” a situação não é diferente. O maior número de trabalhos que aproximaram “LGBT” e “Discurso” estão na BDTD, sendo 34. Este número cai para um quando associados os termos “LGBT” e “Análise de Discurso”. O maior número de pesquisas que utilizam estes dois descritores está no LUME, em um total de dois trabalhos. Todos os outros repositórios não possuem nenhum artigo, monografia, dissertação ou tese.

Na terceira etapa, ao todo, encontrei 21 trabalhos que se sustentam na Análise de Discurso de matriz francesa. Destaco o fato de que os mesmos trabalhos são encontrados em diversos repositórios. Deste total de pesquisas, apenas um trabalho trata-se de monografia. Três dos artigos foram desenvolvidos a partir de teses, apontando que é nesta modalidade de trabalho que se concentram as pesquisas com o referencial de Pêcheux.

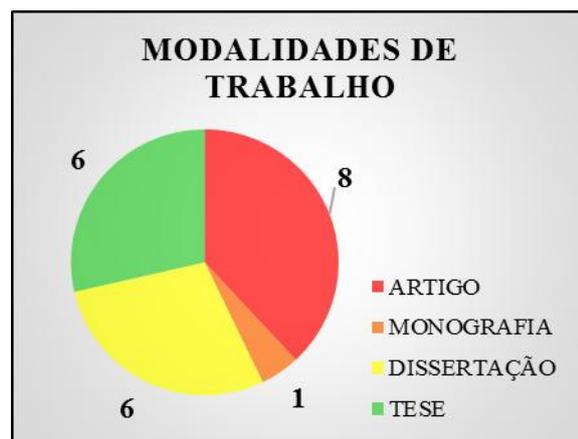


Gráfico 1 – Trabalhos encontrados por modalidade.

A abordagem realizada nestes vinte e um trabalhos são as mais diversas, mostrando a versatilidade intrínseca da Análise de Discurso: são realizados a partir de análises de entrevistas, de questionários virtuais, de cenas de filmes, de obras literárias, de músicas populares, de blogs e fóruns de discussão online e documentos oficiais. A sexualidade, o gênero e as questões LGBT são abordadas nos mais diversos espaços, sejam eles a escola, a mídia ou a sociedade como um todo. O “Gênero” é abordado tratando as histórias da mulher, as feminilidades, as construções culturais sobre a sexualidade da mulher e os sentidos sobre ela construídos; as produções tratam também sobre a masculinidade, na relação com a desconstrução da heteronormatividade, ou sobre os efeitos da imposição dela sobre o homem. Há também um trabalho que contrapõe o ser homem e o ser mulher em situações de violência. No eixo da “Sexualidade”, assuntos como pedofilia, prostituição e transexualidade foram encontrados. O descritor “LGBT” aparece na exploração dos temas da transexualidade, da relação dicotômica estabelecida entre homem e mulher e da produção de sentidos identitários sobre pessoas LGBT.

O conjunto desses dados indica a necessidade de mais trabalhos que tentem responder às provocações lançadas pela Análise de Discurso neste campo dos gêneros e das sexualidades. A AD parece ter uma afinidade natural com tais temas, pois tanto quanto as questões das identidades, o trabalho de Pêcheux se enriquece na fluidez, no fugidio, nos atravessamentos, nas transversalidades.

## 2.2 NOVAS SOMBRAS: HETERO E HOMO

A homossexualidade e a heterossexualidade são invenções.

Esta afirmação gera, ainda hoje, muito desconforto e incômodo. A sexualidade permanece sendo considerada como um reino sagrado que se inscreve no que há de mais profundo do psiquismo humano, algo que qualifica os sujeitos para além das aparências, algo que reside no seu âmago. Ela ainda é tratada dentro da lógica do “sujeito do Iluminismo” (HALL, 2001, p.10-11) segundo a qual o indivíduo, como um ser natural, possui uma essência e é essa essência que o qualifica enquanto ser ao longo de toda a sua vida.

Contudo, a problematização feita pelas pensadoras - inicialmente as feministas - e pelos pensadores do gênero e da sexualidade constroem, fortificam e justificam essa provocativa frase. Jonathan Ned Katz (1996), em seu livro *Invenção da*

*Heterossexualidade*, realiza um resgate histórico não da homossexualidade, mas da construção da norma, pois percebe que “A heterossexualidade não foi apenas imposta, foi inventada” (KATZ, 1996, p. 23). Isso quer dizer que antes da invenção da heterossexualidade não existiam homens e mulheres heterossexuais? Não, não existiam. Não, ao menos, como os conhecemos hoje, como o conceito de heterossexualidade hoje os molda. Sem dúvida, homens apaixonavam-se e interessavam-se sexualmente por mulheres e vice-versa. Da mesma forma cabe a questão: existiam homossexuais antigamente? Não, também não existiam. Não, como os conhecemos hoje. Vale destacar o que Júlio Assis Simões e Regina Facchini (2009, p. 39) apontam:

Seria talvez um exagero afirmar que a sexologia do século XIX tenha ‘criado’ os homossexuais. Afinal, os médicos estavam tentando compreender um fenômeno que se descortinava diante de seus olhos, não só nos consultórios e tribunais, mas também nas ruas, teatros e cafés, e cuja existência era bem anterior aos seus esforços de classificação e intervenção.

Não foi com o surgir do conceito que os comportamentos de mulheres e homens homossexuais surgiram. Mas, no momento em que há a preocupação de nomear, classificar, compreender é que surgem heteros e não-heteros, pois suas fronteiras passam a ser definidas. Antes disso, outras eram as formas de pensar e viver a expressão da sexualidade. Jonathan Katz nos impressiona com alguns relatos da história. Um dos exemplos trata-se do caso da Nova Inglaterra no período de 1607 a 1740, momento em que a preocupação social era a procriação em razão da necessidade de sustentabilidade. Esse traço cultural era tão marcante que “os colonos da Nova Inglaterra casavam mais cedo do que os da antiga Inglaterra, e a sua **norma** de maximizar a procriação deu origem a uma taxa de nascimentos colonial mais elevada do que na Inglaterra ou na Europa da época” (KATZ, 1996, p. 48) (*destaque nosso*). Criaram-se, nesta sociedade, mecanismos de regulação de ordem religiosa e legal não da heterossexualidade, já que o termo só surge 200 anos depois, mas do uso da capacidade de procriação. Assim sendo, o sexo anal, a zoofilia, a masturbação e o adultério contrariavam a ordem reprodutiva dominante e, por isso, eram combatidos e punidos.

A pena de morte por sodomia, comum em todas as colônias, e a execução pública de alguns homens por esse crime, representava violentamente o grande pecado de qualquer eros considerado contrário à reprodução. O contraste operante nessa sociedade era entre a fecundidade e a esterilidade, não entre o erotismo de sexos diferentes e iguais. (KATZ, 1996, p. 49).

O homem, entendido então como a fonte da fertilidade, que desperdiçasse sua “semente” em atos não procriativos era sumariamente castigado, ao passo que a mulher, apesar de também ser compreendida como fértil e fonte de criação, não era tão vigiada na sua sexualidade, não havia desperdício da sua parte, de seu poder criador.

Esta provocação inicial serve para quebrar o regime de “invisibilidade” (LOURO, 2001) da norma heterossexual. É forçando aquilo que parece inexistente que se torna possível ver os seus limites. O grande poder da norma, e da sua invisibilidade, é que ela nos incapacita para ver para além dela. Perceber a heteronormatividade coloca em cheque todas as construções sociais que conhecemos e, em suma, trinca com todos os filmes, seriados, histórias românticas que retratam qualquer momento histórico antes do fim do século XIX: a premissa heterossexual que neles permeia a narrativa não existia! São os olhos da contemporaneidade, sufocados pela heteronormatividade, que compõem sentidos sobre o passado, perpetuando a normatividade em detrimento dos fatos históricos

Estes sentidos estão versando sobre identidades, sobre formas de ser e estar em determinados pontos da história. Existem identidades heterossexuais da mesma forma que existem identidades gays, lésbicas e transgêneras. Estas identidades são construções culturais e, assim sendo, não surgem com os sujeitos: elas não são naturais. Sua edificação não é manifestação da Natureza, como uma força maior que a molda. Dizer que algo foi inventado é dizer que existe uma construção, um processo em jogo, e é exatamente isso que Katz evidencia em sua obra.

A alcunha dos termos heterossexual e homossexual é atribuída ao escritor austro-húngaro Karl Maria Kertbeny (1824-1882). Em carta escrita para Ulrichs, Kertbeny fala sobre quatro termos que inventara para classificar as sexualidades: monossexual, homossexual, heterossexual e heterogenit. Para Kertbeny,

[...] monossexual se refere à masturbação praticada por ambos os sexos; heterogenit a atos eróticos de seres humanos com animais; homossexual a atos eróticos praticados por homens com homens e por mulheres com mulheres; e heterossexual a atos eróticos de homens e mulheres [...]. (KATZ, 1996, p. 63).

Karl Heinrich Ulrichs, jurista e escritor alemão, que poderia ser considerado o primeiro militante da causa homossexual na Europa, desenvolveu um longo trabalho acerca da sexualidade, a partir de 1864. Neste trabalho, preocupava-se em descrever os homens que tinham impulso amoroso feminino (ou seja, amavam outros homens) e os chamava de

*Uranier* como também as mulheres que tinham impulso amoroso masculino (ou seja, amavam outras mulheres) e as chamava de *Urñide*. *Uranier* e *Urñide* se contrapunham ao *Dionäer* ou *Dioning*, os homens de verdade. Apesar dessa definição de “homem de verdade”, Ulrichs identificava-se como *Uranier* (urânico em português) e desenvolvia seus trabalhos no sentido de apontar que essa era uma condição natural. O amor de um *Uranier* seria tão legítimo quanto o de um *Dioning*. Ulrichs defendia o fim das leis que criminalizam a homossexualidade e viajou pela Alemanha com esta pauta, encontrando muita resistência. Tanto ele quanto Kertbeny defendiam direitos dos homossexuais. Kertbeny “[...] usou publicamente pela primeira vez o seu novo termo *homosexuality* no outono de 1869, em um folheto anônimo contra a adoção da lei da *fornicação antinatural* em toda a Alemanha unida” (KATZ, 1996, p. 64). O termo cunhado por Ulrichs acaba caindo em desuso, permanecendo a alcunha de Kertbeny.

Foi dos conceitos de Kertbeny e a das ideias de Ulrichs que a sexologia (que principiava nesta época) retirou seus conceitos de orientação sexual. O psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing (1840-1902) toma o homossexual e o heterossexual e passa a rerepresentá-los em sua obra *Psychopathia sexualis* (1886). Aqui, Krafft-Ebing não trata o hetero-sexual (escrito com hífen) como sadio. Seu ponto primordial difere do de Ulrichs. Enquanto este compreendia que a expressão da sexualidade era da essência, Krafft-Ebing direciona sua razão fundante da sexualidade na procriação. Logo, o desejo sexual que surge sem o desejo de conceber é desviante. Assim sendo, hetero-sexuais ou homo-sexuais passam a ser patologias sexuais, pois expressam seu “eros” por lascívia, contrariando a natureza do instinto sexual que é a reprodução.

Será, entretanto, sob a trabalho de Freud<sup>14</sup> que o heterossexual passará a ser conhecido como a pulsão positiva, natural e boa. O psicanalista rompe com a ideia do impulso sexual movido pela reprodução e substitui seu catalizador pelo prazer. A partir de então, o prazer sexual não é mais compreendido como causa de erro, de falha moral. Ele classifica que “[...] os impulsos perversos são aqueles que provocam sentimentos desagradáveis - não os que impedem a procriação” (KATZ, 1996, p. 70). Katz afirma, de forma provocativa e contundente, que o trabalho de Freud resulta na construção de uma

---

<sup>14</sup> Conquanto saiba que diferentes autores têm opiniões diferentes, até divergentes, sobre a influência de Freud sobre a estabilização de certos sentidos relativamente à heterossexualidade, em razão das finalidades deste trabalho de conclusão de curso, o adensamento deste debate fica como tarefa a ser realizada na continuidade do estudo.

*identidade* heterossexual, pois sua perspectiva psicanalítica não está focada no ato hetero ou homossexual e sim no pensamento e no desejo.

Freud usa *heterossexual* para referir-se a uma emoção, a vários *impulsos*, *instintos* ou *desejos eróticos* e a um tipo de *amor*. Seu heterossexual também se refere a um tipo de atividade e pessoa. Esses usos tendem a fazer o sentimento, não o ato, definir o heterossexual. Isso contrasta com o antigo modelo reprodutivo que se concentrava nos *atos*. No uso moderno de Freud, o *sentimento* heteros define *ser* hetero, se a pessoa praticar ou não *atos* heterossexuais. Freud promove a criação de uma identidade heterossexual. Esse médico também ajudou a formar a nossa crença na existência de algo unitário e monolítico com uma vida e um poder determinante próprios: a *heterossexualidade*. (KATZ, 1996, p. 75) (destaques do autor)

Simões e Facchini (2009), por outro lado, ao tratar do trabalho de Freud são mais brandos. Informam que a homossexualidade adulta era entendida por ele como uma parada no desenvolvimento psicológico, pois o florescer adequado seria a heterossexualidade. Logo, a homossexualidade seria um problema. Mas também afirmam que Freud adotava, em alguns momentos, posturas liberais em relação à homossexualidade, apresentando uma opinião oscilante. Entretanto, ressaltam:

De um lado, ele considerava as identidades sexuais e de gênero precárias, provisórias e suscetíveis de serem abaladas pelo jogo do desejo. Por outro lado, ele as via também como garantias necessárias e indispensáveis da saúde mental e social. Boa parte da psicanálise se valeu desse último entendimento para funcionar como instituição reforçadora da heterossexismo e das diferenças de gênero. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 30).

Discordâncias à parte, ambos os autores alegam que a contribuição do médico austríaco para a disseminação e consolidação da díade hetero-homossexual nos moldes que temos hoje foi indispensável. Partindo destas construções é que se inscreveram as lutas por direitos, valorização e significação das pessoas LGBT no mundo.

### 2.3 SOMBRAS DA TRANSGRESSÃO: PRIMEIROS PASSOS

Movimentos de luta por direitos das pessoas homossexuais principiaram na Europa, com trabalhos como o de Ulrichs. Apesar de pouco ser dito acerca disso, houve mobilizações sociais mais elaboradas como as realizadas por Magnus Hirschfeld (1868-1935), médico e sexólogo alemão. Hirschfeld defendia que os homossexuais constituíam

uma população minoritária estável, um “terceiro sexo” - compartilhando da ideia de Ulrichs - e que, por isso, deveria ser assistido.

Nesse contexto, a defesa dos homossexuais dava-se no bojo de uma luta mais ampla por reforma sexual, incluindo mudanças na legislação e campanhas educativas, que atraíram a aliança de movimentos trabalhistas e socialistas, além de vários agrupamentos libertários. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 41)

Esta época, nas décadas de 1910 e 1920, bastante efusiva em termos do debate sobre as sexualidades, presenciou a visibilização das lésbicas, com o surgimento de espaços de sociabilização específicos em Berlim, Paris e outras capitais europeias. A Europa é tomada por um forte movimento de reforma sexual. Reforma essa que angariou algumas conquistas como:

[...] a abolição das leis antihomossexuais na Rússia pelo novo governo bolchevique, em fins de 1917, a fundação do Instituto de Ciência Sexual em Berlim por Hirschfeld, em 1919, a realização de congressos internacionais e a formação de uma Liga Mundial para Reforma Sexual, em 1928 [...]. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, P. 40).

O Instituto de Ciência Sexual de Hirschfeld tratava das questões da sexualidade com avanços surpreendentes para a época: realizavam cirurgias de adaptação sexual tanto construindo órgãos sexuais masculinos quando femininos; distinguiam e dedicavam-se às questões de androginia, das/dos travestis e dos hermafroditas (termos usados na época), tratando-os como variações benignas da sexualidade humana. Hirschfeld considerou o seu maior trunfo o financiamento por parte do governo alemão de uma das cirurgias de transgenitalização: era a aceitação pública definitiva de seu trabalho. Esta cirurgia ocorreu em 1932. Em 1933, “[...] o crescendo da violência nazista levou ao saque e à destruição do instituto de Hirschfeld, com a queima de sua biblioteca e seus arquivos [...]” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p.43). Perderam-se contribuições preciosas que muito auxiliariam no avanço dos debates sobre a sexualidade e os direitos humanos. Enquanto isso os homossexuais passaram a ser alvos do nazismo, e a Rússia, regida por Stalin, restabeleceu as punições legais e as violentas perseguições.

O próximo capítulo do movimento LGBT inicia nos anos de 1940, com um cenário diferente: os Estados Unidos. Em 1948, Alfred Kinsey, com seus estudos sobre a homossexualidade, revela que ela era muito mais recorrente do que o esperado. Núcleos de ativismo começam a surgir, organizando gays e lésbicas nos EUA e também na Europa

pós-guerra. O objetivo desses coletivos retomava o ponto da onda anterior do movimento: a luta por direitos, acrescentando o ensejo de construir uma imagem respeitável para os homossexuais. Esses movimentos almejavam – apesar de não tratarem a questão dentro destes termos identitários - a construção de uma identidade homossexual que permitisse a integração social plena de gays e lésbicas.

Este estilo de ativismo começa a se transformar em 1950-1960, incorporando abordagens mais radicais, impulsionadas pela chamada “geração beat” e pelo movimento de contracultura *hippie*, como uma resposta à repressão cultural da sociedade norte americana da época, profundamente conservadora em tempos de Guerra Fria e do macarthismo (SIMÕES e FACCHINI, 2006). A incorporação de todas as formas de expressão cultural que pudessem trincar a ordem dominante acaba gerando quebras nos paradigmas da sexualidade. É nesse contexto que um marco da história homossexual acontece: a Revolta de *Stonewall*.

*Stonewall Inn* era um bar localizado na *Christopher Street*, em *Greenwich Village* em Nova York. Nele se reuniam gays, lésbicas, travestis, brancos, negros e latinos. O bar não possuía licença para comercializar álcool, era motivo de suspeitas de ligação com a máfia e realizava shows de *go-go boys* com poucas roupas (SIMÕES; FACCHINI, 2009), tornando-se alvo interessante para a ação policial que estava sob o regime de “limpeza da cidade”. Nessa época, nos EUA, diversas propagandas e documentários atentavam a população para os riscos da homossexualidade, advertindo e ameaçando a todos e a todas que pudessem se deixar cair neste estilo de vida anormal e destrutivo. Nas escolas realizavam-se palestras educativas a fim de garantir a não queda das crianças neste estilo de vida.

No documentário “*Stonewall Uprising*”, dirigido por Kate Davis e David Heilbroner e lançado em 2010, um dos entrevistados aponta que não existia “fora do armário”. A clandestinidade do sentimento homossexual era completa. Não existia possibilidade de ser. A vergonha e a opressão eram ostensivas, não existia espaço para ser gay. *Greenwich Village* era um hausto de libertação, um lugar onde se podia ser homossexual e conhecer outros homossexuais. Era um espaço de relação e contato. *Stonewall Inn* estava no centro de *Greenwich Village*, tornando-se, de alguma forma, o coração deste lugar ou, como é dito no documentário, uma espécie de “Meca” de homens e mulheres homossexuais, apesar de toda a sua precariedade e ilegalidade. Importante destacar que os frequentadores do bar eram pessoas que, de alguma forma ou de outra, já

havia atingido a marginalidade: eram jovens que haviam sido expulsos de casa por sua homossexualidade, garotos e garotas de rua e travestis latinas e negras. A polícia sistematicamente invadia e fechava o estabelecimento, revistando homens e mulheres, prendendo travestis e *drag queens*. Por lei, era preciso estar vestido com, no mínimo, três peças de roupas de seu gênero. Logo, travestis e *drag queens* sempre corriam o risco de serem presas.

No dia 28 de junho de 1969, a polícia invade o *Stonewall Inn*, revistando e prendendo pessoas presentes. No documentário de Davis, os entrevistados – homens e mulheres frequentadores do bar – relatam a diferença de postura do público do *Stonewall Inn*: antes da revolta todos os abusos da polícia eram aceitos, sem contestação. Naquela noite, no entanto, houve uma explosiva resposta. Com pedras e garrafas os presentes revoltaram-se contra a ação policial, que tentava levar uma lésbica para uma viatura. Já haviam sido levadas três *drag queens*, o segurança e o balconista do bar. Os policiais precisaram ser resgatados do bar, que foi incendiado. Por toda a noite os policiais tiveram de enfrentar a revolta. No dia seguinte, pichações com o escrito “*gay power*” marcavam os muros da *Christopher Street*. Esta data passa a ser considerada o “Dia do Orgulho Gay e Lésbico”. É importante considerar que

[...] não foi um acontecimento espetacular isolado, mas sinalizava uma mudança mais geral nas vivências de boa parte das populações de homens e mulheres homossexuais, no sentido de tornar visível e motivo de orgulho que até então tinha sido fonte de vergonha e perturbação e deveria ser mantido na clandestinidade. “O amor que não ousava dizer seu nome” tinha saído às ruas, criara sua própria rede de trocas, encontros e solidariedade nas novas identidades de gays e lésbicas, referidas à singularidade de seus desejos sexuais. Palavras de ordem como “assumir-se” ou “sair do armário” foram postas em prática, com a intenção de recriar um novo modo de existência em função da especificidade do desejo sexual vilipendiado, como abrigo, resistência e combate à hostilidade e à opressão. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 45).

A Revolta de *Stonewall* gerou um espírito de empoderamento das identidades homossexuais. Passa a existir uma possibilidade de ser e estar na sociedade: a luta. Surge uma nova perspectiva de militância: a do enfrentamento de toda a lógica e estruturação cultural acerca das sexualidades e da vivência erótica que “não dizia respeito a uma preferência ou orientação sexual determinada, mas equivalia, antes, a um modo de vida eroticamente subversivo” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 45). O ativismo LGBT, a partir deste ponto, não ensaja mais ser integrado à sociedade da forma como ela se apresenta, ele deseja romper com a cultura vigente, afrontar as tradições. Com o passar dos anos este

espírito contestador arrefece – muito em razão da institucionalização dos movimentos –, permanecendo a lógica de luta pelos direitos.

## 2.4 SOMBRAS DA TRANSGRESSÃO: BRASIL

Os primeiros registros de movimentação homossexual no Brasil datam de 1950. Eram criados, nas grandes cidades, espaços de sociabilização, festas, concursos de fantasia, de beleza, sumariamente para homens. Nesse contexto, surgem pequenas publicações artesanais de duas páginas que davam conta de fofocas entre os grupos de homossexuais que surgiam nessa época. Simões e Facchini (2009) apontam os trabalhos de José Fabio Barbosa da Silva e de Peter Fry como fontes que referenciam o surgimento e as relações destes grupos em São Paulo e Salvador. Mesmo que de uma forma não intencional, esses movimentos - posteriormente menosprezados pelo ativismo LGBT da primeira onda<sup>15</sup> - iniciam um processo de construção identitária dos homossexuais brasileiros.

A primeira onda da militância política organizada surge em 1978, com a fundação do jornal *O Lampião* e a posterior criação do primeiro grupo LGBT, o *Somos*. Entretanto, até este ponto, muitos movimentos de contestação ao regime militar se evidenciam. Em 1968, entra em vigor o AI-5 (Ato Institucional nº5). Os direitos civis dos brasileiros eram subjugados ao governo. O movimento *hippie* e *underground* chega ao Brasil em 1970, com toda a sua carga de contracultura, desconstrução e provocação. É nesta base que surgem trabalhos musicais e teatrais de contestação do pré-estabelecido: grupos como *Secos & Molhados* e *Dzi Croquettes*, e outros artistas, geram rupturas de paradigma. Jornais alternativos surgem em razão da repressão e o periódico *O Pasquim* trazia à tona temas relacionados à homossexualidade, tratando também da cultura *underground* e do desbunde que acabavam por absorver e compor a cultura gay da época. No final dos anos de 1970, em São Paulo, os homossexuais enunciam-se de forma inegável no largo do Arouche. Apesar da sodomia não ser mais crime no país desde 1830, o atentado ao pudor, prática de atos obscenos e a vadiagem eram acusações que permitiam a perseguição aos homossexuais. Em 1981 surge o primeiro grupo de lésbicas, com mulheres que até então compunham o *Somos*, o *Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF)*.

---

<sup>15</sup> Simões e Facchini (2009) consideram, ao todo, três ondas do movimento LGBT de 1970 a 2001.

*O Lampião* tem sua primeira publicação em maio de 1978, com tiragem de 10 mil exemplares, sendo o primeiro jornal brasileiro a tratar da homossexualidade numa perspectiva política e com a intenção de renovar a imagem do homossexual. “O jornal procurava oferecer um tratamento que combatesse a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa de seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 85). Esse movimento era mais complexo, pois buscava dar conta de outras minorias que também eram oprimidas. Dessa forma, no seu intento de “sair do gueto”, *O Lampião* dava voz a diferentes pautas com “[...] a publicação de matérias sobre o movimento feminista, movimento negro, transexualidade, sadomasoquismo, populações indígenas, prisioneiros, ecologia e até mesmo o uso de maconha” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 86). O jornal denunciava também a discriminação e violência policial que afetavam a comunidade LGBT.

O *Somos-SP* surge em abril de 1978, iniciando com 15 membros com reuniões semanais de caráter confessional, seguindo o modelo de grupos feministas. Outros grupos surgiram na época e a sua relação com o *Somos* nem sempre era amistosa. O grupo questionava a formalidade ou a informalidade excessiva destes coletivos: alguns deles retomando o caráter “gueto” do qual tentavam se distanciar e outros, compostos por universitários, com caráter mais elitista. Ao longo do ano seguinte, o *Somos* cresceu intensamente, incluindo homens e mulheres, e desenvolvendo em seus membros um estilo de “ser militante homossexual”. Em dezembro de 1979, *O Lampião*, que servia também como canal de comunicação entre os diversos grupos LGBT que surgiam, realiza o Encontro de Homossexuais Militantes no Rio de Janeiro, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (SIMÕES e FACCHINI, 2009). Ao todo, nove grupos (4 de São Paulo, 3 do Rio de Janeiro, 1 de Brasília e outro de Minas Gerais) se reuniram e deliberaram no sentido de reivindicar a “[...] a inclusão na Constituição Federal do respeito à ‘opção sexual’” e a retirada da “homossexualidade da lista das doenças mentais” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 104).

Em 1980 são realizados o 1ª Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) e o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) em São Paulo. Em dezembro do mesmo ano é formado o Grupo Gay da Bahia (GGB), que atua até hoje na militância LGBT, mapeando a violência contra gays, lésbicas e transexuais. O GGB e o grupo Triângulo Rosa, criado em 1985, são coletivos que garantem importantes conquistas nos

direitos das pessoas LGBT no Brasil. Em junho de 1981 sai o último número de *O Lampion* e dois anos depois o *Somos*, por dificuldades financeiras, encerra suas atividades.

A segunda onda da militância LGBT surge a partir de 1981, sob um contexto bastante diferenciado do anterior. Inicia a redemocratização no país e a AIDS surge. Com isso, os grupos que passam a se organizar o fazem através da institucionalização, desligados daquele viés intrinsecamente político e contestador de esquerda/anarquista da primeira onda. Em 1985, o GGB, auxiliado por grupos menores e por parcerias com políticos - como Franco Montoro, Ulysses Guimarães, Darcy Ribeiro, entre outros - conquista a retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS). Em parceria com o Triângulo Rosa, fundado por Antonio Mascarenhas - também fundador de *O Lampion* - começam a luta pela criminalização da discriminação por “orientação sexual”, incluindo-a na Constituição Federal. O GGB e o grupo Atobá, do Rio de Janeiro, atrelaram a militância política acerca da homossexualidade à luta contra a epidemia da AIDS. Os primeiros casos são diagnosticados em dezembro de 1982 em São Paulo. Entre 1984 e 1991 quatro encontros nacionais de grupos homossexuais foram realizados.

A luta contra a AIDS acaba se fortalecendo nos próximos anos, surpreendendo pela sua manifestação epidêmica. Em São Paulo, em 1985, surge a primeira ONG brasileira dedicada ao caso, o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (GAPA). Formaram-se também outros grupos no Rio de Janeiro como a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) e o Grupo pela VIDDA (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids). Em 1988 se consolida um Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/Aids em nível federal. Apesar da associação negativa que a Aids trouxe aos homossexuais, as parcerias com o governo foram importantes reforços ao movimento LGBT, que tomou esta pauta como essencial na sua ação. Também se destaca que “[...] a eclosão da Aids deu ensejo a um debate social sem precedentes acerca da sexualidade e da homossexualidade, em particular” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 133).

Em 1995, uma nova tentativa de publicação voltada ao público LGBT, a *Sui Generis* começa a circular. A proposta é a de produzir materiais direcionados ao público homossexual, mas não de cunho erótico. Simões e Facchini (2009, p. 138) apontam que “[...] o ativismo dos homossexuais voltou a florescer nos anos 1990, quando os encontros nacionais passaram a ocorrer com periodicidade mais frequente, com aumento significativo do número de grupos presentes”. A institucionalização do movimento é quase total, o

ativismo LGBT é realizado através de ONGs. Nos anos 2000 começam a aparecer candidaturas de homossexuais para cargos públicos. Os partidos políticos começam a apresentar setores LGBT. A década de 90 presencia também a visibilização de travestis e transexuais, que fortalecem a sua militância na urgência da luta contra a Aids. A primeira Parada do Orgulho LGBT no país é celebrada em 1995 no Rio de Janeiro, catalisada pela 17ª Conferência Internacional da International Lesbian and Gay Association (ILGA). As Paradas do Orgulho LGBT em São Paulo são um marco internacional do movimento, contando com a participação de 3 milhões de pessoas em 2016 (APOGLBT, 2016), incluindo a presença do elenco de Sense8 (ALMEIDA, 2016), que gravou cenas para a segunda temporada do seriado, um sucesso mundial que retrata as questões da sexualidade de forma fluida e provocativa.

Em 2004, o governo federal lança o *Programa Brasil Sem Homofobia*, dando seguimento a ações voltadas ao combate e à prevenção da homofobia e conferindo novo ânimo à luta pelos direitos LGBT. Formou-se em 2013 uma Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, que chegou a reunir, de 2003 a 2006, 96 parlamentares (SIMÕES; FACCHINI, 2006). No mesmo ano, é legalizado o casamento entre pessoas do mesmo sexo (BRASIL, 2013). Em 2015, demonstrando o poder da organização das bancadas conservadoras, foi retirada do PNE a obrigatoriedade de discussão das questões de gênero e sexualidade nas escolas brasileiras.

### 3 TERCEIRO ARCANO: O ATO DO DIZER

A Análise de Discurso (AD) francesa é uma disciplina que tem suas origens em meados da década de 60. Michel Pêcheux (1938-1983), seu fundador, foi um filósofo francês que estudou na *École Normale Supérieure* (1959-63), como aluno do filósofo Louis Althusser – responsável por releitura do trabalho de Karl Marx e reflexão sobre os aparelhos ideológicos de estado. Em 1966 passou a trabalhar no *Département de Psychologie de le Centre National de Recherche Scientifique* (CNRS), do qual chegou a ser diretor de pesquisas.

Com relação às suas primeiras produções, é necessário abrir breve parênteses a partir do qual estabeleço conexão entre elas e os tempos que antecipam e preparam a fundação da AD. Entre 1966 e 1969, Pêcheux deslizou de um momento, o da escrita dos textos *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia geral* (1966) e *Observações para uma teoria geral das ideologias* (1967), no qual assinava sob o pseudônimo Thomas Herbert, para outro, o da escrita de *Análise de conteúdo e teoria do discurso* (1968) e *Por uma técnica de análise do discurso* (1968), no qual os escritos já não mais se abrigavam sob a guarda de Herbert. O uso de um pseudônimo se explica não apenas por uma cautelosa atitude assumida por ele, mas sobretudo pela identificação com projetos de trabalho que, embora relacionados, atendiam, inicialmente, a propostas diferentes. Enquanto Herbert evidenciava engajamento no projeto althusseriano de construção de uma teoria geral das ideologias, Pêcheux endereçava seu interesse maior para a elaboração da Análise de Discurso. Portanto, a análise do discurso pode ser considerada como um projeto teórico mais amplo de Michel Pêcheux que nasceu no interior da elaboração de uma teoria geral das ideologias na esteira de Louis Althusser.

Nesse processo de materialização de um tal projeto, Pêcheux mobiliza conceitos originários da teoria marxista (relida por Althusser) e da psicanálise freudiana (relida por Lacan) a fim de repensar a língua desde a compreensão apresentada por Ferdinand de Saussure, relida por Pêcheux, e formular um novo objeto: o discurso. Em *Observações*

*para uma teoria geral das ideologias*, já é possível encontrar referências frequentes a essas outras disciplinas nos argumentos apresentados por Thomas Herbert. Necessário destacar o que torna possível o encontro entre Pêcheux, Lacan e Althusser: um gesto epistemológico comum – a subversão nos respectivos gestos disciplinares da compreensão estritamente biossocial da ordem humana pelo reconhecimento da castração simbólica. Dito de outra forma, acompanhando Pêcheux e Fuchs (2010, p. 163-164), o quadro epistemológico da AD se compõe a partir da articulação de três campos do conhecimento científico atravessados por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

A Análise de Discurso dedica-se, como o próprio nome diz, a analisar o discurso. Este é o seu objeto de trabalho, seu foco de estudo. A língua é a materialização do discurso. Parafraseando Orlandi (2012), quando refere suas potencialidades, a AD oferece contribuições relevantes para o campo dos estudos da linguagem desde as interfaces constituídas com outras regiões de conhecimento – ela provoca a: problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem; perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade.; saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Eni Orlandi aponta que:

O discurso é [...] palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. (2012, p. 15.)

É no movimento da linguagem, na tensão entre dito e não-dito, que a existência humana se fundamenta. A linguagem é a mediação indispensável entre o homem e a realidade sócio-histórica em que está situado. O discurso é, especificamente, a mediação

feita pela linguagem e, como tal, possibilita observar relações entre ideologia e língua, efeitos do jogo da língua na história e efeitos da história na língua.

Por essa razão, a Análise de Discurso trabalha a língua como um sistema materializado através do seu funcionamento no mundo, das formas de significação na cultura, na enunciação dos homens e mulheres que comunicam, “[...] considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade” (ORLANDI, 2012, p. 16). Assim sendo, pensa não apenas o dito, mas reflete sobre os processos e as condições de sua produção e as relações tramadas entre ele e os sujeitos que os enunciam. O analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. Como esclarece Pêcheux (1997, p. 78),

[...] os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que esse funcionamento não é integralmente linguístico [...] e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso [...].

A análise de discurso implica um esforço de compreensão do funcionamento do discurso por meio da observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e sujeitos. É imprescindível considerar a opacidade da linguagem, ou seja, o conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (CP) do discurso.

“Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1997, p. 77) que apontam para o sujeito (posição dos protagonistas do discurso e formações imaginárias) e para a situação de surgimento do mesmo (referente, contexto no qual aparece o discurso). Seria dizer que, ao mencionar sujeito, Pêcheux não está referindo a presença física de organismos humanos individuais, mas lugares determinados na estrutura de uma formação social – o lugar de professor, o lugar de aluno, de pai, de mãe, de mulher, de homem e assim por diante. Esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. O lugar se encontra presente, mas transformado por formações imaginárias. Portanto, as condições de produção funcionam consoante certos fatores que Orlandi (2012), ao retomar Pêcheux, entende como relações de força (o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz: como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força,

sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer), relações de sentido (sustentação de um discurso sobre um discurso prévio) e relações de antecipação.

Ao aproximar a Linguística, as Ciências Sociais – especificamente o Marxismo – e a Psicanálise, Pêcheux retrabalha os conceitos destas áreas, fazendo-lhes críticas estruturais e renovando seus postulados, tornando-os, assim, componentes da Análise de Discurso: “Pêcheux é um herdeiro não subserviente do Marxismo, da Linguística e da Psicanálise na Análise de Discurso que propõe e que trabalha as relações entre o sujeito, a língua e a história” (FERREIRA, 2005, p. 11). Renova a Linguística, por não trabalhar com a língua fechada nela mesma, e sim com o discurso, objeto sócio-histórico, e provoca as Ciências Sociais ao deixar de pensar a história e a sociedade como se fossem desconexas do fato de que elas significam. Junta a esses processos a concepção de sujeito, que deixa de ser isolado em si mesmo e origem de tudo para ser interpelado pela ideologia e constituir-se a partir dessa relação. A AD trabalha a tríade língua-discurso-ideologia, partindo da ideia de que “[...] a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua [...]” (ORLANDI, 2012, p. 17). Esta relação se dá porque não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. (ORLANDI, 2012). Cabe reforçar que, em razão do reviramento produzido pelo filósofo francês, é preciso cuidado com o uso de conceitos que, ao migrarem para a AD, passaram por processo de metaforização que provocou mexidas nos modos como são compreendidos em suas regiões de origem específicas.

A Análise de Discurso compreende a língua como algo não transparente. Ela é opaca, fugidia. Não somos senhores do seu significado, tampouco detemos o sentido daquilo que falamos. Partindo desse pressuposto, sua preocupação não é dizer o que determinado texto significa, atravessando-o e chegando à verdade. À AD cabe compreender como o enunciado analisado significa. “Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica<sup>16</sup>: ela o concebe em sua discursividade” (ORLANDI, 2012, p. 18). Essa perspectiva é essencial para a Análise de Discurso, que se preocupa em mostrar que a relação linguagem-palavra-mundo não é retilínea e unívoca. A

---

<sup>16</sup> Área da Linguística que estuda o significado das palavras em ação no texto. “A linguagem é constituída da soma de sons e significados. A Semântica [...] se interessa pela natureza, função e uso desses significados. A Semântica não estuda os significados como um dicionário trata as palavras da língua, mas da maneira como os significados ocorrem integrados nos textos falados e escritos.” (CAGLIARI, 2008, p. 45).

história está na língua haja vista os fatos históricos existirem sob efeito da interpretação. A história se inscreve na língua, portanto, a exterioridade não corresponde a um exterior empírico, mas se constitui no próprio trabalho dos sentidos (FERREIRA, 2005). Um traço permanente desta disciplina de entremeio é o fato de ela continuar “[...] se pautando por uma teoria materialista dos sentidos, que considera a língua na sociedade e na história, fazendo intervir a ideologia” (FERREIRA, 2005, p. 195).

A Psicanálise contribui com o deslocamento da noção de sujeito idealista para a de sujeito descentrado, este constituindo-se na relação com o simbólico, com a história. Enquanto o sujeito idealista é compreendido como fonte intencional do sentido que ele exprime por meio de uma língua transparente, o sujeito descentrado é o sujeito produzido pela linguagem, um sujeito do inconsciente, um sujeito desejante se considerado desde concepções freudo-lacanianas. “Ao construir sua teoria do inconsciente, Freud põe em questão a ideia de um sujeito natural, cuja unidade está assegurada pela consciência” (ERNST-PEREIRA et all., 1996, p. 45). Lacan, desde a releitura que faz de Freud, adverte que, para este, o processo de conhecimento não se faz enquanto modalidade de desvendamento da verdade a partir do real, sendo impossível ao sujeito escapar ao primado do simbólico. Nesses termos, o sujeito não é um agente homogêneo, mas se constitui desde uma relação complexa que implica o inconsciente e a ideologia. O eu perde a sua centralidade e, disperso, diluído, embora falado, também fala e, ao falar, intervém nos sentidos já-dados.

Orlandi (2012) aponta que, para a AD:

1. a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
2. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
3. o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Tudo aquilo que dizemos no cotidiano já está impregnado de significados, de sentidos que não sabemos nem como nem onde se constituíram. Este arcabouço de sentidos que existem no já-lá, a AD chama de interdiscurso, em outras palavras, é a memória discursiva, a memória daquilo que foi dito anteriormente. Para compreensão desse jogo linguageiro é preciso claro entendimento dos conceitos de discurso, sujeito, história,

ideologia e sentido, que compõem aquilo que Maria Cristina Ferreira (2005) chama de caixa de ferramentas da AD de que me ocuparei a seguir.

### 3.1 DISCURSO

O discurso é um processo social que tem na língua a sua materialidade. É um objeto histórico-social no qual os elementos linguísticos intervêm como pressupostos. É nele que podemos observar “[...] as relações entre ideologia e língua, bem como os efeitos do jogo da língua na história e os efeitos desta na língua” (FERREIRA, 2005, p. 193). Compreende-se, através dele, como o material simbólico produz sentido e como o sujeito, ao aproximar-se desses sentidos, se constitui, sendo interpelado pela ideologia.

O esquema informacional proposto por Roman Jakobson envolve emissor, receptor, código, canal, referente e mensagem. Nesse esquema, o emissor transmite uma mensagem para o receptor através de um canal e com a utilização de um código (a linguagem), referindo algum elemento da realidade, o referente. Para a AD, o processo não se resume à transmissão de informação. Tampouco comunicar é um ato linear que se dá de forma ordenada. Consoante Pêcheux (2010, p. 82), ao problematizar a teoria da informação em *Análise Automática do Discurso (AAD69)*, ainda que ela coloque em cena os protagonistas do discurso assim como seu referente, “[...] leva a falar de *mensagem* como transmissão de informação” (destaque do autor) – ideia de que o autor francês discorda. A “[...] língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc.” (ORLANDI, 2012, p. 21). Este processo se dá simultaneamente e, ao invés da mensagem, a AD pretende pensar o discurso.

A linguagem serve para comunicar e para não comunicar, inter-relacionando sujeitos que se inscrevem em diferentes posições em diferentes momentos, intervindo nos sentidos: “[...] as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2012, p. 21) ou, como já havia proposto Pêcheux (2010, p. 82), em 1969, “[...] um efeito de sentidos entre os pontos A e B”. A língua passa a ser o campo de possibilidades do discurso, não sendo ela inequívoca e fechada em si mesma e nem sendo o discurso totalmente livre no seu fazer-se. Parafraseando Ferreira (2005), a AD se ocupa do

exame das questões linguísticas considerando dimensões históricas e ideológicas, tendo a língua uma natureza instável, heterogênea e contraditória.

### 3.2 SUJEITO

A compreensão de sujeito por Michel Pêcheux passou por um processo envolvendo reconfigurações. Em *AAD69*, o autor aponta para um sujeito assujeitado que se crê como sujeito-origem do dizer e do sentido. Em *Semântica e Discurso*, “[...] é pela forma-sujeito que o sujeito do discurso se inscreve em determinada formação discursiva, com a qual ele se identifica, constituindo-o enquanto sujeito” (SANTOS, 2014, p. 229), portanto, a forma-sujeito é o sujeito do saber de determinada formação discursiva. Já, em *Discurso: estrutura ou acontecimento*, o estudioso se depara com um sujeito desidentificado e em movimento desde uma vez que ele “[...] rompe com a formação discursiva em que está inscrito e, ao se inscrever em outra, identifica-se com ela e com sua respectiva forma-sujeito” (op. cit., p.230).

Conquanto o conceito tenha sido afetado por um processo de descascamento promovido por Pêcheux, é possível intuir que, para a Análise de Discurso, o sujeito é fluido, dividido, descentrado. É fluido, porque pode ocupar diversas posições de sujeito, diversos lugares para enunciar aquilo que diz. Dividido, porque, na medida em que pode agir sobre a história e a língua, deve submeter-se a elas para se constituir. “Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à” (ORLANDI, 2012, p. 49). Dito de outra forma, desde estudos desenvolvidos por Ferreira (2005), o sujeito do discurso, como uma posição entre outras, na sua relação com a língua, está sempre a se constituir e, ao mesmo tempo, a constituir a língua na qual a história está inscrita. Se não se submeter – se assujeitar – à língua e à história, os sentidos também não se constituem. Essas posições de sujeito ocupadas para que o dizer seja possível não são uma forma de subjetividade, e sim um *locus* a ser ocupado para permitir a enunciação. Ao assumir este ou aquele lugar, o sujeito não tem acesso a tudo aquilo que constitui aquele lugar, ou seja, ele não tem acesso ao interdiscurso, tudo o que se fala naquela/daquela posição de sujeito. É por isso que os sujeitos são intercambiáveis, pois podem ocupar – muitas vezes no mesmo enunciado – diversas posições e lugares.

Ao falar de subjetividade, a AD reconhece a incompletude de fazê-lo a partir das questões histórico-linguísticas; é preciso considerar também a dimensão histórico-

psicanalítica. Aponta assim que, ao longo da história, os homens e as mulheres passaram por diferentes tipos de subjetividade e de subjetivação. Se, na Idade Média, falamos em forma-sujeito religioso, em que os ditos da Igreja Católica eram as grandes bases fundantes das personas, com a modernidade passaremos a falar sobre a forma-sujeito jurídico, surgindo das transformações relacionadas ao contexto econômico e à transferência da dominância da religião para as leis de estado. O capitalismo – com suas ideias liberalistas – reformula a maneira com que os sujeitos se constroem sujeitos. Atualmente, fala-se em forma-sujeito histórica, onde o sujeito é, concomitantemente, livre e submisso. “Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabe-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento” (ORLANDI, 2012, p. 50).

### 3.3 HISTÓRIA

A importância da história para a AD se anuncia na sua aproximação com o Marxismo. A AD trata-se de uma teoria materialista dos sentidos, ou seja, a história é imprescindível para a compreensão dos processos do discurso. Entende-se que

[...] há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na sua produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto, linguístico-histórica. (ORLANDI, 2012, p. 19).

Este real da história, a sua materialidade, é afetada pelo simbólico. Em outras palavras, os fatos históricos “reclamam sentidos” (ORLANDI, 2012, p. 20), estreitando os laços da história com a língua. É por isso que, na Análise de Discurso, as **condições de produção** são imprescindíveis para o estudo dos sentidos: só é possível “escovar” um enunciado, evidenciando os sentidos que reverberam, se tenho noção das condições em que ele irrompeu. O que é sublinhado pelo próprio Pêcheux (2010, p. 78) quando adverte que:

[...] os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este *funcionamento não é integralmente linguístico* [...] e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso.

Segundo a compreensão de Eni Orlandi (2012) dos escritos de Michel Pêcheux, tais condições de produção possuem duas dimensões: estrita e ampla. Na primeira, circunscreve-se o contexto imediato de enunciação, a situação ou o local em que determinado enunciado surgiu. Foi em uma entrevista? Onde essa entrevista aconteceu? Era uma entrevista de emprego ou entrevista para algum meio de comunicação? Foi na rua, na empresa, na casa do sujeito entrevistado? Quem é o entrevistador em relação ao entrevistado? Questões como essas devem ser levadas em consideração pelo analista. A segunda dimensão, a ampla, refere-se ao contexto sócio-histórico e ideológico em que ocorreu a enunciação. Há alguma crise sociopolítica? Há liberdade para se dizer aquilo que se deseja? A cultura, naquele momento, valoriza o tipo de entrevista que está sendo feita? No sentido amplo das condições de produção, é preciso compreender esses processos.

Do mesmo modo, é imprescindível não esquecer das formações imaginárias que afetam os sujeitos envolvidos. No tocante a tais elementos, assim se coloca Pêcheux (2010, p. 82): “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Decorre disso que a resposta a certas questões aponta para tais formações imaginárias, revelando como a posição dos protagonistas do discurso intervém ao modo de condições de produção do discurso. No caso dessa investigação, seria dizer que tanto os sujeitos LGBT que contribuíram com o estudo quanto o pesquisador se fizeram perguntas as quais designam as formações imaginárias: Quem sou eu, entrevistado, para produzir as respostas que estou produzindo para as perguntas endereçadas pelo pesquisador? Quem é o pesquisador para fazer tais perguntas a mim? Quem sou eu, entrevistado, para que o pesquisador faça tais perguntas? Quem é esse pesquisador para fazer tais perguntas do modo como as está fazendo?

A história, pois, não é considerada como fator externo à língua. Ele é constituinte, a envolve e a interpenetra, é significada por ela e a significa. Conforme Orlandi (2001, p. 87), “No século XIX, a noção de história relacionada à língua a atomizava, vendo nessa relação uma dimensão temporal expressa na forma da cronologia e da evolução. Após a Linguística, com a noção de língua como sistema, transforma-se essa concepção de história e também a de língua como seu produto”, o que sofre nova transformação a partir da Análise de Discurso que pensa a historicidade na relação entre estrutura e acontecimento. Não se faz o movimento analítico da história para o texto, mas se considera o texto como materialidade linguístico-histórica. Sem dúvida ocorre relação entre a história lá fora e

historicidade do texto (a trama dos sentidos nele), contudo, ela não é automática, literal, transparente, biunívoca. A história é história porque reclama sentidos. Nesses termos, falar em determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos não corresponde a qualquer tipo de condenação a condicionamentos dos quais eles se tornariam reféns *ad eternum*, mas aponta para um contínuo processos de atualização de memórias: “Os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos e sentidos quaisquer, mas não são. Entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a análise de discurso” (ORLANDI, 2001, p, 103).

### 3.4 IDEOLOGIA

A Análise de Discurso ressignifica, também, o conceito de ideologia, a partir de uma concepção discursiva. Mesmo sendo herdeira do materialismo histórico e dialético, a AD é insubmissa e aplica certa transformação ao conceito de ideologia, estabelecendo que ela “[...] não é um conjunto de representações nem a ocultação da realidade, nem tampouco um “defeito” dos que não têm consciência” (FERREIRA, 2005, p. 191). Na Análise de Discurso, a ideologia é resultante da interação da língua com a história, no processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos. Isso se atesta no fato de que não há sentido sem interpretação, o homem é provocado a buscar significados diante de qualquer objeto simbólico, busca entender aquilo que significa. Pelo funcionamento do processo ideológico, este sentido apreendido parece estar sempre lá, sendo acessado/compreendido por aquele que dele se aproxima da mesma forma que o será por todos que dele se aproximarem.

O funcionamento da ideologia gera a sensação de evidência de sentidos (os sentidos são sempre evidentes, óbvios) e de que os sujeitos são a origem do que dizem. Com isso, temos a impressão de que não estamos interpretando, pois entendemos que os sentidos já estão dados, mas, em verdade, o fazemos de forma inconsciente e contínua. Consoante destaca Orlandi (2001, p. 105), “[...] não é em x que está a ideologia, é no mecanismo imaginário de produzir x, sendo x um objeto simbólico. Isso tudo derivando do fato de que não há sentido se a língua não se inscreve na história”. Portanto, ideologia não aponta para ocultação, mas para produção de evidências haja vista que se obtém duas evidências: a de sujeito e a de sentido.

A evidência de sujeito borra o fato de que somos sempre interpelados pelas ideologias para nos tornarmos sujeitos, não somos sujeitos desde sempre. É na aproximação com a ideologia – e, por isso mesmo, com a língua e a história – que nos constituímos sujeitos. Por outro lado, a evidência de sentido é a sensação de que as palavras, desde sempre, possuem significados e de que elas – isoladas da sua historicidade – possuem sentido. Ignora-se, assim, que o que dá sentido às palavras são redes de formações discursivas, que, em se relacionando, passam a significar o simbólico. Por fim, é importante destacar que a realidade só existe em razão da ideologia, já que é ela que permite os significados e o ato da interpretação. Em resumo, a ideologia, pensada a partir do âmbito discursivo, adquire o sentido de produção interpretativa do efeito de evidência. Em função disso, o sentido, marcado por determinadas circunstâncias, surge como “o sentido”. Para que isso seja possível, o sujeito é afetado por dois esquecimentos fundantes: o ideológico, da ordem do inconsciente, e o referencial, da ordem da enunciação.

O **esquecimento número 1**, também chamado de esquecimento ideológico, provoca a ilusão de que somos a origem daquilo que dissemos, enquanto, em realidade, somos afetados e atravessados por sentidos já existentes no interdiscurso. “Embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade” (ORLANDI, 2012, p. 35).

Por outro lado, o **esquecimento número 2**, ou referencial, nos faz acreditar que aquilo que dissemos se faz a partir de uma relação direta entre a palavra e o mundo, gerando a impressão de que o que foi dito não poderia ter sido dito de outra forma. Este esquecimento, entretanto, sofre oscilações, pois, sempre que acreditamos ser necessário, recorremos a recursos linguísticos para adaptar o nosso discurso, “esclarecê-lo”, numa tentativa de prender o sentido, colocando diques a interpretações outras: “Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar o que pensa e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona n° 2, que é a dos *processos de enunciação*, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente” (PÊCHEUX, 2010, p. 177).

### 3.5 SENTIDO

O sentido é uma relação do sujeito com a história de que não é exterior a língua, desde uma vez que o sujeito guarda a impressão de que detém (controla) os sentidos que enuncia. Os sentidos não estão presos às palavras. É o gesto de interpretação que demonstra a relação do sujeito com a língua na produção destes sentidos. Isso ocorre dentro das possibilidades da rede de memórias, ocorre na exterioridade – a história, por isso o “[...] sentido nunca é individual, nem tampouco apresenta-se como já produzido” (FERREIRA, 2005, p. 193), pois ele é acessado e interpretado pelo sujeito que dele se aproxima, tornando-o, assim, passível de estabilização-reforço ou desestabilização-renovação de sentidos.

Seria dizer que o sujeito intervém em sentidos que estão administrados haja vista habitarem um espaço de memórias interdiscursivas, não sendo de posse do falante nem existindo soltos. Esta noção quebra, pois, a ideia de posse dos sentidos pelo sujeito, estabelecendo o conceito básico e fundante de língua como não transparente. São os efeitos de sentido entre locutores que estão na origem do discurso (ORLANDI, 2012), são eles que, em sua relação, estabelecem o discurso. Por isso que, na perspectiva linguística, é inútil perguntar a um sujeito como os sentidos trabalham sobre os sentidos: desde a compressão linguística proposta por Saussure, a língua considerada por uma suposta literalidade não possibilita ao falante perceber a extensão dos sentidos possíveis do que foi enunciado nem seria esse o seu objetivo. Já, em se tratando de Análise de Discurso, o compromisso assumido pelo analista envolve compreender como um texto funciona, produz sentidos, tendo clareza de que não há um sentido em si tampouco o sentido equivale a um conteúdo: pela Análise de Discurso é reconhecida a impossibilidade de acesso a um sentido escondido em alguma parte dos textos pois “[...] a questão do sentido torna-se a questão da própria materialidade do texto, de seu funcionamento, de sua historicidade, dos mecanismos dos processos de significação” (ORLANDI, 2001, p. 21).

Ainda sobre os sentidos, faço considerações quanto ao seu modo de existência, ao seu caráter material, considerando ponderações de Pêcheux (2009, p. 160) quando, ao esclarecer que esse caráter material do sentido está em estrita relação com as formações ideológicas, destaca que “[...] as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições [...]”. Somando-se a tais argumentos, Eni Orlandi (2001) lembra que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. A movência do sentido corresponde à movência do sujeito de uma posição para outra.

### 3.6 FORMAÇÃO DISCURSIVA E FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

A **formação discursiva** é o que permite os sentidos. Como enunciado antes, estes são determinados pelas posições ideológicas, ou seja, uma mesma palavra pode expressar diversos sentidos em razão das formações discursivas nas quais o sujeito se inscreve quando a enuncia. Fazendo coro a Pêcheux (2009, p. 160), pode-se chamar formação discursiva “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]” (destaque do autor). Com isso, lembro que “[...] o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro” (ORLANDI, 2012, p.43). Nesses termos, as formações discursivas representam, no discurso, as **formações ideológicas**. Cada formação ideológica pode conter diversas formações discursivas. Pêcheux e Fuchs (2010, p. 166) põem a questão da seguinte maneira:

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento (este espaço de luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são sem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras.

É importante destacar que formações discursivas e ideológicas não são blocos monolíticos e imutáveis, são, ao contrário, fluidas e passíveis de mutação. Igualmente, e por uma tal razão, uma dada formação discursiva é margeada por outras ou, como argumentam Pêcheux e Fuchs (2010, p. 167), existindo no interior de determinadas relações de classe, “[...] pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas”. Ao modo de síntese, retomo algumas considerações feitas nas páginas precedentes a fim de costurá-las com os movimentos analítico-discursivos apresentados na continuação deste trabalho de conclusão de curso, sublinhando que, ao falar em formações ideológicas, o fundador da análise de discurso francesa chama a atenção para o fato de que existe estreita relação entre o sentido que expressam e as posições assumidas pelos sujeitos que as utilizam. Sendo tais posições as FI vinculadas a

certas FD (lugar de constituição do sentido), o autor relaciona o surgimento das formações discursivas a determinadas tomadas de posição de sujeitos que não são de um todo livres – também os seus discursos estão repletos de indícios de discursos anteriores os quais se inscreverão em suas formações imaginárias. Na verdade, tais indícios terminarão por participar na constituição delas, se suas representações.

Assim sendo, sujeitos e sentidos se constituem na errância, nos deslizamentos, cabendo ao analista de discurso prestar atenção às condições de existência dos objetos em certa conjuntura histórica e aos movimentos próprios à formulação e à circulação dos sentidos, à constituição de sujeitos e de sentidos. Sendo essa uma das preocupações e tarefas do analista, nos capítulos seguintes serão apresentados itinerários teórico-metodológicos desenhados a fim de melhor compreender os discursos LGBT e os sentidos que deles escoam.

#### **4 QUARTO ARCANO: SOMBRAS SOBRE SOMBRAS**

Movimentando a caixa de ferramentas da Análise de Discurso francesa pecheuxtiana, no desejo de apreender sentidos nos enunciados dos entrevistados de modo a melhor compreender o discurso das pessoas LGBT acerca da sua situação social, percebo convergências entre os movimentos teórico-metodológicos que Michel Pêcheux propõe e a natureza qualitativa desta pesquisa que é do tipo estudo de caso. Como nos diz Minayo, acerca da investigação social, ela envolve profunda relação entre o pesquisador e seu campo de estudos: “[...] A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto aos resultados do trabalho e à sua aplicação. Ou seja, a relação, neste caso, entre conhecimento e interesse deve ser compreendida como critério de realidade e busca de objetivação” (MINAYO, 2007, p. 13-14).

Como analista de discurso, é a partir do lugar de LGBT, pedagogo, homem, branco, brasileiro e gaúcho que este trabalho se desenvolve. Todo o dispositivo investigativo desenvolvido aqui é perpassado por estas variáveis que me compõem enquanto sujeito pesquisador. Corroboram, ainda, Lüdke e André quando afirmam que é “[...] importante lembrar que, como atividade humana e social, a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferencias, interesses e princípios que orientam o pesquisador” (1986, p. 3). A investigação aqui desenvolvida se trata de uma pesquisa qualitativa. Seu foco é o porquê de determinada situação que envolve os sujeitos LGBT, não estando preocupada com a quantificação de tais situações: os fatos estudados não são quantificáveis em função mesmo dos propósitos do referido estudo. Como apontam Gerhardt e Silveira:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-

se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. (2009, p. 32),

Este trabalho é um estudo de caso por colocar enunciados de um grupo específico de pessoas sob análise haja vista o *corpus* estar determinado em dezesseis respondentes do questionário virtual aplicado. Se qualquer colaborador dessa pesquisa fosse substituído, todo o *corpus* analítico sofreria transformações consideráveis e toda a pesquisa seria afetada. O objeto de estudo é, precisamente, o conjunto dos enunciados dos participantes. Nas respostas produzidas, busquei aquilo que há de particular: “O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações. Quando queremos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 17).

Lüdke e André elencam sete características do estudo de caso (1986, p.18-20), das quais destaco seis, realizando aproximação delas com este trabalho:

- 1) *Os estudos de caso visam à descoberta*: é no momento da aproximação dos enunciados dos colaboradores que é possível apreender sentidos, sem haver qualquer possibilidade de antecipar o que me surpreenderá nos ditos e não-ditos, apesar de hipóteses previamente estabelecidas.
- 2) *Os estudos de caso enfatizam a “interpretação em contexto”*: um pressuposto da Análise de Discurso é a preocupação com as condições de produção dos sujeitos interpelados pela ideologia. Não é possível ignorar o contexto histórico em que estes enunciados foram produzidos e muito menos a plataforma de enunciação (questionário virtual).
- 3) *Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda*: como nos aponta Eni Orlandi (2012, p. 62), o trabalho com a AD preocupa-se com a “exaustividade vertical” de exploração do *corpus*. Por reconhecer como inesgotável as possibilidades de interação discursivas, é preciso debruçar-se sobre o mesmo ponto de trabalho para conseguir revelar as tramas do dizer.
- 4) *Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação*: para este estudo, as fontes de “informação” são os diversos dizeres dos colaboradores da pesquisa. As informações que precisei coletar para este trabalho se tornam disponíveis a partir da

interpretação dos enunciados que versam sobre militância e LGBTfobia, enriquecendo a apreensão de sentidos acerca do tema proposto.

5) *Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas*: desenvolver a análise do *corpus* só é possível a partir das minhas experiências como pesquisador, é do meu lugar de investigação que o material se tornará *corpus*. No momento em que as tramas discursivas forem descritas e exploradas, os sentidos apreendidos poderão ser utilizados a título de comparação com outros sentidos enunciados.

6) *Estudos de caso procuram representar os diferentes e, às vezes, conflitantes pontos de vista presentes numa situação social*: a situação social em que todos os colaboradores desta pesquisa se encontram é a de membros de um grupo social determinado - o LGBT - e nenhum deles respondeu às questões propostas com os mesmos enunciados. Diferentes sentidos e perspectivas se apresentaram.

A sétima característica dos estudos de caso está relacionada à maior possibilidade de fluidez linguística e estrutural do trabalho, que pode apresentar maior informalidade descritiva. Acredito que estas características estejam presentes neste trabalho, configurando-o, assim, como um estudo de caso realizado desde a perspectiva da análise de discurso pecheuxiana.

A fim de atingir os objetivos previstos para este trabalho, desenvolvi um questionário virtual. Na primeira página do questionário, encontra-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, informando os participantes e as participantes sobre a pesquisa e apontando que o/a colaborador/a só deverá dar prosseguimento ao questionário – clicando no botão “Prosseguir” – se estiver de acordo com o que está disposto no referido Termo. Atribuí, realizando uma leitura de Minayo, duas características a tal instrumento de recolha de dados: 1) semiestruturado; 2) aberto ou em profundidade (MINAYO, 2007, p.64). Não há dúvidas de que a produção de dados não se deu por meio de entrevista, o que não me impede de considerar o questionário elaborado a partir de traços que Minayo reconhece naquele tipo de instrumento de coleta de dados. Conquanto seja acerca da modalidade entrevista que Minayo proponha as classificações supramencionadas, a estrutura do questionário e a sua lógica parecem contemplá-las. A modalidade semiestruturada é aquela em que são combinadas perguntas abertas e fechadas, de forma que o participante possa discorrer com maior liberdade sobre o tema abordado. A modalidade aberta ou em profundidade convida o respondente “[...] a falar livremente

sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões” (MINAYO, 2007, p. 64).

O questionário apresentou dez questões. As três primeiras questões são de cunho sociodemográfico. Solicitei que indicassem o gênero e a orientação sexual com a qual se identificavam, a cidade de residência, a idade, a profissão e a formação. Este último item foi organizado em uma questão de múltipla escolha com 12 variáveis<sup>17</sup>, incluindo a busca de informação sobre curso e instituição de realização. Aqui as respostas são fechadas e estruturadas. Nas perguntas seguintes, entretanto, o respondente é instado, questão após questão, a aprofundar a reflexão acerca da questão da militância LGBT e da LGBTfobia. O questionário foi pensado a partir de duas hipóteses:

1ª) os termos política, ativismo e militância estão atravessados por sentidos negativos de várias ordens. Possuem, desde a consideração do interdiscurso, sentidos associados a valores que, por sua vez, estão relacionados ao extremismo, à corrupção, ao comunismo – tomado em um sentido muito negativo – e, em alguns casos, até a ditaduras;

2ª) há uma diferenciação entre o termo ativismo e militância: o termo militância parece ser pior do que o termo ativismo, por remeter – pela estrutura da palavra – a ideia de militar, não como o ato de quem milita, mas como força bélica, organização armada, que, no nosso país, também se atrela a sentidos de ditadura. Eu, particularmente, não apreendo diferença entre a militância e o ativismo, que, de certa forma, me parecem correlatos, para não dizer sinônimos.

Em razão disso, no primeiro nível de reflexão, o questionário provoca o participante a pensar sobre a sua conceituação de militância, ativismo e política.

As perguntas número 4, 5 e 6 convidam o respondente a refletir acerca da sua concepção sobre os termos militância, política e ativismo. O cabeçalho da pergunta 4 ressalva a importância de uma escrita autoral e despreocupada em apresentar respostas certas ou erradas. As perguntas são:

---

4. Para você o que é militância?

---

5. Para você militância e ativismo têm o mesmo significado? Quais são suas semelhanças ou diferenças em termos de significado?

---

6. Para você o que significa política?

---

<sup>17</sup> Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Tecnólogo, Graduação em curso, Graduação, Especialização, Especialização em curso, Mestrado, Mestrado em curso, Doutorado e Doutorado em curso.

Passada essa etapa, as próximas três questões (7, 8 e 9) tratam principalmente sobre a LGBTfobia. Elas estão profundamente atravessadas pelas perguntas iniciais, tornando-se um segundo nível de reflexão a partir daquelas. O funcionamento desta tríade é sequencial e encadeado: na página da questão 7 o participante é informado a respeito da natureza das perguntas, sabendo que se respondesse “não” para a pergunta 7 a pergunta 8 não poderia ser respondida e tampouco a 9. Caso respondesse à pergunta 7 com “sim”, mas a pergunta 8 com “não”, não haveria resposta possível para a pergunta 9. As perguntas são:

---

7. Existe homofobia? Se sim, você sofre com isso?

---

8. Você acha que a homofobia pode ser combatida? Como?

---

9. Se você acredita que é possível combater a homofobia, o que você faz para combatê-la?

---

As perguntas do questionário foram desenvolvidas em intrínseca relação umas com as outras. O objetivo não era abordar diversos assuntos dentro do tema nem diversos pontos de vista acerca de uma questão. Ao provocar os colaboradores da pesquisa a pensar sobre política e militância, preparei o terreno para que – conscientemente ou não – retomassem esses conceitos no segundo nível dos questionamentos. A existência da homofobia, a possibilidade de enfrenta-la e os modos de fazê-lo são elementos profundamente atravessados pelo político e por atos de militância. Melhor dizendo, não existem se não atravessados por tais dimensões.

A última questão<sup>18</sup> convida o participante a compartilhar uma experiência pessoal relacionada ao fato de ser LGBT. Desejava perceber de que forma as participantes e os participantes se enunciam ao discorrer sobre suas vivências, sua história. De que forma falariam sobre aquilo que lhes aconteceu? Diante desta questão, o que lhes viria à mente? O que desejariam compartilhar? Ainda mais: compartilhariam alguma coisa? Utilizei o seguinte enunciado:

---

Consideramos as vivências algo muito especial. Por isso, gostaríamos que compartilhasse uma história da sua trajetória pessoal que tenha relação com a sua experiência como sujeito LGBT. Aqui qualquer relato é bem-vindo: afetivo, profissional, familiar, positivo ou negativo. A Vida é feita de diversas experiências e valorizamos todas elas. Obrigado por participar desta pesquisa, respondendo às questões propostas e por compartilhar conosco a sua história!

---

<sup>18</sup> No desenvolvimento do trabalho, percebi a extensão das análises e optei por reservar esta questão para a continuidade do estudo.

Optei por realizar a produção de dados pela plataforma virtual em razão da amplitude possibilitada pela internet e do curto prazo de realização do trabalho de conclusão de curso. Apesar da minha preferência pelas entrevistas presenciais, o questionário virtual oportunizou uma coleta profícua de dados, sem demandar o deslocamento físico e a programação prévia para encontros com os interessados em participar. Para garantir a clareza do questionário, instruções foram apresentadas aos respondentes a cada nova etapa.

Tania Steren dos Santos desenvolve interessante discussão acerca da renovação dos recursos de pesquisa social surgida com a internet, apontando que novas e ricas ferramentas de pesquisa passam a compor o leque de possibilidades metodológicas. Como afirma Santos (2009, p. 136):

É cada vez mais frequente a coleta de opiniões e depoimentos pela *internet*. Ao elaborarmos nossos próprios instrumentos de coleta de dados a serem aplicados *on-line* (questionários ou formulários, roteiros de entrevistas, pautas de observação, conversas ou discussões eletrônicas etc.), podemos ter uma maior proximidade com os informantes, estabelecendo processos interativos de comunicação.

Havendo os cuidados necessários a toda pesquisa (qualidade da estruturação da ferramenta de produção de dados, clareza dos enunciados, precisão das orientações), os questionários virtuais cumprem de modo suficiente o papel de recolha de dados.

A questão da ferramenta de busca de dados se inscreve em um importante ponto da Análise de Discurso: as condições de produção. Pêcheux, a esse respeito, assim se coloca:

[...] nem sempre se pode dizer da frase que ela é normal ou anômala apenas por sua referência a *uma norma* universal inscrita *na língua*, mas sim que esta frase deve ser referida ao *mecanismo discursivo* específico que a tornou possível e necessária em um contexto científico dado. (2010, p. 73).

Seria dizer que há necessidade de considerar as condições de produção, a relação de forças em que se espera seja situado o discurso, as “circunstâncias” de um discurso; não somente o sistema que torna possível a formulação do enunciado. Se, a partir de Pêcheux, fica claro que um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas cuja apreciação é fundamental, a partir de Orlandi tornam-se mais nítidas as dimensões a partir das quais as CPs podem ser tomadas para análise. Elas podem ser examinadas na sua dimensão estrita, o momento exato em que o sujeito está produzindo o enunciado, e na sua

dimensão ampla, que engloba o contexto sócio-histórico onde o sujeito está produzindo sentido (ORLANDI, 2000). Tendo em vista a versatilidade do questionário virtual, os respondentes puderam fazê-lo em diversos momentos e em diversos locais. Alguns dos colaboradores foram contatados diretamente por mim e receberam o *link* de acesso ao questionário, podendo respondê-lo quando estivessem disponíveis para isso. Outros participantes foram contatados por sujeitos que haviam respondido o questionário e que, conhecendo outras pessoas LGBT, lhes convidaram a participar da pesquisa. Ressalto que o critério de escolha dos sujeitos de pesquisa se caracteriza por sua amplitude, sendo possível a qualquer pessoa LGBT contribuir com a pesquisa desde que, uma vez contatada, se dispusesse a fazê-lo.

A condição imediata de produção dos enunciados é das mais diversas. Não se criou um espaço específico para a sua enunciação, como teria acontecido no caso de uma entrevista, em que eu e o entrevistado marcaríamos um horário específico e nos preocuparíamos com a viabilização de um encontro que permitisse a necessária interação. Se, por um lado, esta particularidade pode gerar desconfiças relativamente à qualidade do *corpus*, por outro, aponta na direção da sua qualidade: os respondentes puderam optar pelo momento de escrita do questionário, um momento, talvez, em que houvesse maior disponibilidade de tempo e/ou interesse para fazê-lo. Isso pode enriquecer o material produzido. A condição de produção ampla é bastante complexa. As colaboradoras e os colaboradores desta pesquisa são afetados por uma grande quantidade de variáveis que contribuem para a forma com que enunciam acerca do tema pesquisado.

Todos são brasileiros e habitam neste país, estando sob influência desta cultura, desta forma de produção de identidades, desta forma de se comunicar. Como pessoas LGBT, se encontram provocados a uma ruptura, pois a homossexualidade ainda não é considerada bem-vinda para uma parcela expressiva de brasileiros. Posso encontrar indicativos desta afirmação em diversos fenômenos sociais contemporâneos. Um deles diz respeito ao crescimento exponencial dos praticantes de religiões extremamente conservadoras. Esta não aceitação apareceu de forma reduzida em uma pesquisa realizada na UFRGS, pelo Instituto de Psicologia<sup>19</sup>: de um universo de 8.000 estudantes, 87% apresentaram graus de preconceito acerca das questões de gênero e sexualidade.

---

<sup>19</sup> O estudo tornou-se notícia na Zero Hora, em 2015, ano em que foi realizado. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2015/05/estudo-aponta-que-87-dos-alunos-da-ufrgs-tem-algum-preconceito-de-genero-ou-contra-diversidade-sexual-4762850.html>

Enquanto LGBTs, recebem influencia – direta ou indiretamente – da cultura norte-americana, que, de forma mais estrondosa e recente, movimentou – e movimenta – o empoderamento LGBT no mundo. Faço essa afirmação por alguns motivos: 1) a origem da ideia do ser assumido: como relatado no recorte histórico deste trabalho, é com o movimento surgido nos EUA que surge a ideia de assumir-se gay, principia o LGBT como sujeito político, com uma vida e princípios próprios e não um sujeito a ser adequado à heteronorma; 2) em razão desta contextualização histórica, serão os LGBTs norte-americanos que produzirão uma vasta gama de seriados, filmes, programas e outros produtos culturais voltados ao público gay. Em 2000, o canal de televisão *Showtime* recria o seriado *Queer as Folk* britânico, adaptando-o para a realidade americana e tornando-se uma referência mundial em termos de cultura LGBT. A grande marca do seriado foi a representação verossímil das relações afetivas e sexuais entre gays e lésbicas. Mais recentemente, desde 2009, o reality-show *RuPauls Drag Race*<sup>20</sup> transformou-se na nova febre da cultura pop-LGBT, colocando *drag queens* para competir pelo título de *America's Next Drag Superstar*.

No contexto atual do país, de uma forte crise política e uma intensa onda conservadora, são sujeitos que produzem sentidos a partir de uma posição de risco e de incerteza do amanhã. Uma tal posição, todavia, pode não ser percebida. Se, por um lado, houve nos últimos anos maior celebração da cultura LGBT, desenvolvendo-se todo um nicho de mercado<sup>21</sup> – cultural e financeiro – para gays, lésbicas, transexuais e bissexuais, por outro lado, o Brasil enfrenta uma onda crescente do poder evangélico, que luta sistematicamente contra os direitos dos/das LGBT<sup>22</sup>.

Ser LGBT, na realidade brasileira, é ser e estar em uma realidade fluida, instável e perigosa. Em 2015, de acordo com o GGB (Grupo Gay da Bahia), 318 homossexuais foram mortos no Brasil (TALENTO, 2016), destacando-se a violência com que estes crimes são perpetrados (esquartejamentos, incinerações, mutilações). Importante destacar que estas estatísticas são levantadas a partir de crimes veiculados na mídia. Não é possível

---

<sup>20</sup> Vide: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2015/03/02/noticiasjornalvidaearte,3400167/rupauls-drag-race-fenomeno-de-audiencia-inicia-setima-temporada.shtml>

<sup>21</sup> Em 2016 o potencial de compra LGBT no Brasil, foi estimado em R\$ 419 bilhões, equivalente a 10% do PIB. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/potencial-de-compras-lgbt-estimado-em-419-bilhoes-no-brasil-15785227>

<sup>22</sup> Como exemplos temos tentativas de projetos de leis que retirariam direitos conquistados por LGBTs, relacionados ao casamento civil, quando Marcos Feliciano tornou-se, em 2013, presidente da Comissão de Direitos Humanos. Fonte: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-de-feliciano-aprova-dois-projetos-contras-homossexuais,1098767>

ter a real noção da violência contra LGBTs, pois muitos dos crimes são registrados com outras alegações, uma vez que homofobia não é considerada crime no Brasil. O Relatório de Violência Homofóbica no Brasil (BRASIL, 2016), que levanta informações do ano de 2013, apresenta esta particularidade em se tratando de crimes contra LGBTs: são dados de difícil coleta estatística. É preciso considerar também algumas particularidades da nossa legislação. O inciso quarto do 3º artigo da Constituição Federal brasileira aponta que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Na esteira deste objetivo, surgem diversos estatutos e leis que dão conta da discriminação de raça e etnia, do ataque à infância, à juventude e à velhice. O mesmo, entretanto, não acontece às questões de sexualidade, demonstrando uma lacuna na aplicação dos direitos dos cidadãos LGBTs brasileiros. Outros fatores se juntam à realidade antes descrita: o gênero, a classe social, a etnia são dimensões que complexificam a condição LGBT em nosso país. Compreendo que a opressão sofrida por um homem branco e homossexual é diferente daquela que um homem negro homossexual sofre, como também é diferente daquela que uma mulher homossexual sofre. Isso porque o componente da opressão se complexifica e escalona: um homem gay e branco colhe privilégios sociais da sua cor, mas sofre por ser homossexual; já um homem gay e negro sofre as opressões relacionadas à sua cor e as opressões relacionadas a sua sexualidade. Ainda mais agressiva é a opressão sofrida por transexuais e travestis, como apresentam o Relatório de Violência (BRASIL, 2016) e os dados encontrados no site do Grupo Gay da Bahia.

A importância de considerar as condições de produção é que são elas que dão margem ao que é possível ser dito, que mobilizam as possibilidades do dizer a partir do que já foi dito, a partir da memória discursiva ou, em outras palavras, do interdiscurso. Como sublinha Orlandi (2012, p. 32): “O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia”. Portanto, a observação do interdiscurso possibilita remeter o dizer dos respondentes a uma filiação de dizeres, a uma memória, identificando-o em sua historicidade e, por extensão, a compromissos políticos e ideológicos. Dito de outra forma, fazendo coro à Orlandi, “[...] é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade” (op. cit., p. 33).

A consideração das relações e entre interdiscurso e intradiscurso autoriza dizer que, nos enunciados praticados pelas pessoas LGBT que colaboraram com essa investigação, com muita dificuldade ecoavam sentidos de libertação sobre ser LGBT no Brasil: afinal, o contexto é hostil a esse grupo social. Ressoam já-ditos acerca de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, e os discursos dos participantes estão vinculados a esses dizeres, a essa memória já enunciada, que estruturou sentidos à forma de ser e estar homossexual na sociedade brasileira. Tais discursos agem sobre os sujeitos, provocando sedimentações ou rupturas de sentido. Dessa forma, o contexto histórico é um fator que não pode ser ignorado, dada a importância de sua influência sobre a produção dos enunciados em função mesmo de os dizeres não corresponderem apenas a mensagens decodificáveis: os dizeres podem ser compreendidos como

[...] efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Dessa forma, as margens do dizer [...] também fazem parte dele. (ORLANDI, 2012, p. 30).

Consoante anunciei parágrafos atrás, com relação aos sujeitos desta pesquisa, inicialmente, seriam aqueles e aquelas que se autodeclarassem pessoas LGBT, mas que não exercessem militância ativa na luta por direitos políticos e sociais. Desejava, ainda, que não possuíssem experiência de participação em debates na área em questão devido ao intuito de colher depoimentos em que poderiam estar mais presentes sentidos de “senso comum<sup>23</sup>” a respeito de gênero, sexualidade e militância LGBT. Entretanto, no início da busca por esses sujeitos, percebi uma falha de perspectiva: não considerar, precisamente, o escapar dos sentidos sobre o qual tanto falam Michel Pêcheux e Eni Orlandi. As condições de produção de discursos acerca de militância e ativismo LGBT podem ser diversas tanto para aqueles e aquelas que exercem militância ativa quanto para os/as que não se projetam em qualquer tipo de luta mais concreta ou visível, reforçando o sentido da pergunta inicial do questionário (O que é militância? O que você faz para combater a homofobia?) e

---

<sup>23</sup> Senso comum remete a um modo de compreensão mais ingênuo e menos denso dos fenômenos sociais, sem, entretanto, ser menos legítimo. Boaventura de Souza Santos, ao tratar dos paradigmas da ciência, reflete sobre esse senso comum, chamando a atenção para o fato de que, consoante o paradigma dominante, ele está esvaziado do diálogo com a ciência, portanto, de legitimidade, enquanto que, segundo o paradigma emergente, no conhecimento prático em que o senso comum se traduz, “[...] a causa e a intenção convivem sem problemas [...]” (SANTOS, 1988, p. 51).

suscitando outras reflexões: como se faz militância? Que ações podem ser consideradas militância? A movência dos sentidos, suas transformações e reescritas, provocou a ampliação dos sujeitos desta pesquisa para toda e qualquer pessoa autodeclarada LGBT, declaradamente militante ou não. Dessa forma, alargam-se as possibilidades de interpretação do *corpus*, enriquecendo o material com diversidade de condições de produção, logo de construções discursivas.

## 5 QUINTO ARCANO: SURPRESAS NAS SOMBRAS

O trabalho de análise realizado desde os modos de fazer propostos pela Análise de Discurso francesa pecheuxtiana possui natureza artesanal – é preciso, com atenção e cuidado, manipular, observar, indagar o material coletado a fim de chegarmos ao ponto em que é possível entrever os caminhos discursivos. Enquanto uma das possibilidades teórico-analíticas disponíveis ao pesquisador, a AD se traduz como “[...] um tipo de análise que mostra a relação entre as marcas linguísticas, indicadas no intradiscorso pelo analista, e os sentidos interdiscursivos que são imateriais, da ordem da memória” (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011, p. 819). Cabe ao analista, portanto, mostrar, na materialidade da linguagem, de natureza verbal ou não verbal, o funcionamento do discurso e, ademais, evidenciar na análise o modo como as materialidades registram as imbricações do social na linguagem. Uma das dificuldades que enfrenta diz respeito, especificamente, à constituição do *corpus* discursivo a partir do recorte operado no *corpus* empírico e, por conseguinte, a organização e aplicação dos procedimentos descritivos e interpretativos sem esquecer de noções indispensáveis ao trabalho com e a partir da AD – “[...] o sujeito submetido à ordem da ideologia e do inconsciente, a memória estruturante do dizer e o sentido opacificante” (op. cit., p. 826).

O trabalho realizado no *corpus* considera a sua superfície linguística sobre a qual incidem processos de observação por um analista que lança um olhar discursivo para o material em análise. A partir disso, o analista realiza incisões no material de análise que,

por força dos gestos do mesmo, passa a ser considerado como objeto discursivo. Segundo esclarece Orlandi (2012, p. 70):

Consideramos o texto não apenas como um “dado” linguístico (com suas marcas, organização etc), mas como “fato” discursivo, trazendo a memória para a consideração dos elementos submetidos à análise. São os fatos que nos permitem chegar à memória da língua: desse modo podemos compreender como o texto funciona, enquanto objeto simbólico.

A fim de “decapar a palavra” (ERNST-PEREIRA, 2012), transformando o *corpus* empírico em *corpus* discursivo, é preciso realizar o que Eni Orlandi chama de “dessuperficialização” (2012, p. 65). É preciso considerar as formações imaginárias dos participantes da pesquisa, lembrando de também levar em conta as suas relações de sentido, de forças e de antecipação por meio das pistas deixadas no fio do discurso – o que o próprio Pêcheux (2010, p. 77) ressalta em *Análise automática do discurso (AAD69)* quando, ao tomar o discurso de um deputado integrante de um partido político como exemplo, esclarece:

[...] o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido de oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’ etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entres os elementos antagonistas de um campo político dado [...]. Se prosseguirmos com a análise do discurso político – que serve apenas de representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos – veremos que, por outro lado, ele deve ser remetido às *relações de sentido* nas quais é produzido: assim, tal discurso remete a tal outro [...]. Assim como a antecipação *do que o outro vai pensar* parece constitutiva de qualquer discurso [...].

Assim sendo, a relação dos sujeitos da pesquisa com o tema que lhes foi proposto e suas projeções acerca dele, influem sobre as análises feitas. Também influem as formações imaginárias que fazem acerca de si mesmos enquanto sujeitos sociais, enquanto LGBTs, enquanto brasileiros, como também as suas representações sobre esta pesquisa e sobre mim, enquanto sujeito-pesquisador. Perguntas como: “Quem sou eu para participar desta pesquisa? Quem sou eu para dizer o que estou dizendo? Quem é ele para me fazer estas perguntas? Quem irá ler e de que forma irá interpretar o que digo?” são questões que povoam os enunciados dos sujeitos. Compreender tal atravessamento é trincar a ilusão de transparência da linguagem, revelando que o dito não é única e exclusivamente “aquilo que parece ser”, ele está carregado pelas projeções do seu enunciante acerca de si mesmo, do seu meio e dos seus interlocutores. O esquecimento é estruturante de tais processos e,

consoante assinala Pêcheux (2009), assume duas formas: ideológica (esquecimento número um) e referencial (esquecimento número dois), no qual se acredita que aquilo que é dito só pode ser dito de uma única forma. O “mecanismo imaginário” (ORLANDI, 2012, p. 40) também é um fator das condições de produção: não estamos falando aqui do sujeito LGBT empírico e sim enquanto posição discursiva, matizado pelas formações imaginárias. Dito de outra forma, o sujeito LGBT, apesar de sua situação social de opressão, pode enunciar do lugar da heteronorma.

O *corpus* empírico deste trabalho resultou em 105 enunciados, considerando que dos 16 participantes da pesquisa, 6 preferiram não responder à última questão, relacionada à experiência de vida. Como primeiro movimento de análise, criei um eixo de aproximação para as questões 4, 5 e 6, que versam sobre militância, ativismo e política. Para esse corpus, as indagações feitas são as mesmas que norteiam minha investigação, a saber: quais seriam os sentidos evidenciados no discurso de pessoas LGBT acerca da homofobia? Por que, em reconhecendo a opressão de que somos alvo, uma expressiva parcela dessa comunidade não se dedica a mudar a nossa realidade? Que sentidos outros poderiam ser descobertos nos discursos praticados por pessoas LGBT? Busquei, no movimento dos gestos de leitura, instigado por tais questões, apreender os sentidos outros do discurso, buscando apoio na relação de estabilização e renovação dos sentidos, em outras palavras, na tensão entre paráfrase e polissemia.

Remontando a Pêcheux, lembro que, ao falar sobre um deslocamento realizado pelos estudos da linguística, o autor menciona a divisão discursiva entre dois espaços que parecem remeter, justamente, à paráfrase e à polissemia: o espaço da “[...] manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido” (1997, p. 51). Acrescenta, depois, que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (op. cit, p. 53). Ao supor essa possibilidade, ele parece remeter ao efeito metafórico como transferência de sentidos, portanto, ressignificação que pode ser realizada pelo sujeito ao produzir um lugar de interpretação e inscrever o seu dizer no repetível histórico.

Orlandi (1993) traduz a polissemia como multiplicidade de sentidos e a paráfrase como o mesmo sentido que adquire formas diversas: “A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que na polissemia o que temos é o deslocamento, ruptura de

processos de significação” (ORLANDI, 2012, p. 36). Segundo ela, é impossível ignorar a importância da polissemia por nela se fundamentar a atividade do dizer. Quanto à paráfrase, ela corresponde à “[...] ação da instituição, da regra, da lei, e nela é que se sustenta a afirmação de que a linguagem é convencional” (ORLANDI, 1993, p. 86). Dessa forma, reitero que a polissemia está para a variação assim como a paráfrase está para a sedimentação histórica dos sentidos, para sua legitimação em termos institucionais.

Em outro trabalho, Orlandi (1996, p. 93) adverte que a separação entre paráfrase e polissemia não é evidente nem permanente – “[...] onde está o mesmo, está o diferente”. Fenômeno que decorre do modo de funcionamento discursivo da mudança que, mesmo quando promove alguma ruptura, o faz a partir de uma relação com o mesmo e se constitui, então, enquanto retorno e interpretação do mesmo, do já dito. Dessa forma, posso concluir, é no processo polissêmico que se abre espaço para certa subversão que, ao inscrever sentidos outros no já-dito, termina por preservá-lo. Por conseguinte, ao processo parafrástico caberia a construção de diques que tentariam impedir o escoamento dos sentidos - o que também funciona como uma forma de sustentação do já-dito.

Portanto, as possibilidades do dizer tencionam o sentido para a sua estabilização e a sua sustentação no mesmo, movimento que, como se referiu antes, é chamado de **paráfrase** e intenta garantir que o mesmo seja dito da mesma forma, com o mesmo sentido. Por outro lado, como também mencionado, a **polissemia** é a quebra do sentido mesmo, é a renovação das significações, a mudança, a ruptura. Orlandi (2012, p. 37), aponta que, se

[...] o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura, não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa.

Com isso é possível refletir sobre a noção de criatividade e produtividade. Produzir novos sentidos, polissemia, **criar** exige que se conflite com o que já foi produzido. Dizer mais do mesmo está na esfera da produtividade e não da criatividade. A paráfrase, entretanto, é imprescindível ao dizer, pois é a partir do que já está estabilizado que se possibilita o dizer.

## 5.1 SOMBRAS E MOVIMENTOS

### 5.1.1 EFEITOS DE SENTIDO DE MILITÂNCIA GUARDIÃ E DE MILITÂNCIA SOBREVIVENTE

No primeiro eixo de análise, são três as palavras que causaram estranhamento: **defender** (presente em três enunciados), **lutar** (presente em sete enunciados) e **ativamente** (presente em dois enunciados). **Lutar**, nas sequências discursivas (SDs), apareceu sob diversas formas – em alguns casos como substantivo, em outros como o verbo na terceira pessoa do singular, ou ainda no gerúndio e no infinitivo, como nos exemplos a seguir apresentados. Para dar conta dessas diferentes aplicações, optei por utilizar sua forma infinitiva.

<b>SUBSTANTIVO:</b>	<b>Questão 5 – SD6:</b> [...] a militância me parece propor uma <b>luta</b> pelos ideais próprios ou de um grupo [...]. ( <b>Bellona</b> <sup>24</sup> )
<b>VERBO – 3º PESSOA:</b>	<b>Questão 5 – SD8:</b> [...] A militância e o ativismo se mesclam, vez ou outra, já que os dois <b>lutam</b> por um ideal de sociedade no qual acreditam. [...]. ( <b>Arela</b> )
<b>GERÚNDIO</b>	<b>Questão 4 – SD16:</b> [...] No momento em que recusamos rótulos, expectativas alheias, padrões, estamos militando, estamos <b>lutando</b> pelo direito de sermos quem quisermos ser. ( <b>Jarvis</b> )
<b>INFINITIVO</b>	<b>Questão 4 – SD3:</b> É defender uma causa e <b>lutar</b> ativamente a favor dela. ( <b>Garwin</b> )

**Defender** e **lutar** me provocaram em razão da sua ausência. Enquanto sujeito que experienciou intensamente a militância através do diretório acadêmico do meu curso, esperava que estas palavras aparecessem com mais frequência, esperava que elas, de alguma forma, tomassem um espaço maior do *corpus* ao se tratar da militância. Para mim, militância é um termo atravessado por tais palavras. Isso, entretanto, não aconteceu: apenas 12 respostas, das 48 coletadas nas três perguntas deste eixo, fizeram referência a **defender** e **lutar**. Apenas uma resposta relaciona as três palavras (SD3 da questão 4).

	<b>DEFENDER</b>	<b>LUTAR</b>	<b>ATIVAMENTE</b>
<b>QUESTÃO 4</b>	SD1, SD2 e SD14	SD3, SD6, SD9 e SD16	SD3 e SD14
<b>QUESTÃO 5</b>	0	SD6, SD8 e SD16	0
<b>QUESTÃO 6</b>	0	0	0

<sup>24</sup> A fim de preservar a identidade dos colaboradores e colaboradoras da pesquisa, foram dados nomes fictícios. Optamos por nomes de matriz celta, a fim de aproximá-los à proposta simbólica do paganismo presente neste trabalho.

A fim de apreender os sentidos estabilizados dessas expressões, recorri ao dicionário virtual Caldas Aulete<sup>25</sup>. Este movimento é importante, porque tais significados compõem certa parte da memória discursiva destes termos, do interdiscurso, caminhando sempre no intervalo entre estabilização e renovação dos sentidos. Sobre a importância da passagem pela língua enquanto momento inerente ao processo analítico-discursivo, é o próprio Pêcheux que, ao descrever os processos acionados na análise do enunciado “On a gagné”, lembra que o enunciado é profundamente opaco: “[...] sua materialidade léxico-sintática [...] imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas – paráfrases, implicações, comentários, alusões etc. – isto é, uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros, e com uma estabilidade lógica variável” (PÊCHEUX, 1997, p. 23). Portanto, sendo todo enunciado léxico-sintaticamente determinado, é importante observar, a partir da análise da materialidade linguística e de suas relações prováveis com o interdiscurso, como os sentidos trabalham sobre os sentidos. Neste momento de passagem pela superfície linguística, encontrei os seguintes significados:

---

**Defender:** proteger-se de ataque; manifestar-se favoravelmente a; lutar em favor de, advogar em benefício de; afastar risco, perigo, de si mesmo ou de alguém.

---

**Lutar:** desferir golpes, brigar; participar de combate ou batalha; fazer frente a, resistir a algo ou alguém; trabalhar com afinco, para sobreviver ou obter compensações.

---

**Ativamente:** adv. || de modo ativo. || (Gram.) Em sentido ativo, na voz ativa.

---

No que concerne, especificamente, ao advérbio *ativamente*, é importante lembrar que, segundo Barros (1985), os advérbios em geral são palavras adjuntas, modificadoras, porque podem ser determinantes do adjetivo, do advérbio, do pronome, do verbo e mesmo de orações e substantivos. Acrescenta, igualmente, que “só o contexto caracteriza e define o advérbio. Só o contexto lhe indica as circunstâncias” (op. cit., p. 203). No que concerne aos advérbios em **-mente**, sublinha que eles não apenas comunicam ideia de tempo, de modo, mas também de qualidade. “A anteposição comunica ao advérbio o valor adjetival que atinge o sujeito e a oração inteira” (op. cit., p. 305).

Bomfim (1988), ao discutir o mesmo assunto, indica o caráter subjetivo da maioria dos advérbios, que não se comportam meramente como a gramática tradicional os posiciona na frase, ligando-se, isto sim, ao sujeito da enunciação, ao emissor responsável pelo enunciado. Argumenta-se que a linguagem gramatical logicamente organizada não é

---

<sup>25</sup> Disponível em: <http://www.aulete.com.br>. Todos os sentidos dicionarizados utilizados neste trabalho foram retirados deste dicionário virtual.

jamais independente da linguagem afetiva, havendo sempre ação de uma sobre a outra. A autora pretende esclarecer a necessidade de incluir nos estudos do enunciado a relação destes com elementos externos, pragmáticos, presentes no ato da comunicação. Sublinha que as palavras podem estar ligadas ao texto, algumas revelando a avaliação que o falante faz sobre o enunciado produzido.

Pensar no funcionamento sintático do advérbio **ativamente**, tomando a SD na qual ele foi utilizado, obriga evocar, também, o que Luft (2000) destaca quando fala a respeito. O autor explica que os elementos com valor adverbial não são rigorosamente necessários à compreensão básica do enunciado, tendo a (sub)função de determinar, qualificar e modificar outros termos. Destaquei, do *corpus*, a sequência discursiva de Garwin que, ao responder à questão 4, apresentou os três itens lexicais selecionados:

---

**SD3 – É defender uma causa e lutar ativamente a favor dela.**

---

No caso da formulação em estudo, fica evidenciada a função de modificador e de intensificador do advérbio que, uma vez considerado o funcionamento sintático, influencia outros elementos – **defender** uma causa e **lutar** a favor dela haja vista ter sido agregado às ações de defender e lutar um significado que aponta para atividade realizada de modo ativo, profundamente intencional. O sujeito que luta ou defende ativamente é um sujeito que toma a frente na ação de forma diferente daquele que simplesmente luta/defende, pois haveria, nesses casos, a possibilidade da instabilidade do agir. Dito de outra forma, a luta poderia não ser sistemática ou ainda profunda o suficiente para envolver o sujeito. Lutar ativamente, ou defender ativamente, denota uma entrega e uma decisão pessoal profundas. O sujeito é, invariavelmente, atravessado pelo seu próprio fazer e pelas implicações que dele advém.

Na SD utilizada como exemplo, um sujeito LGBT aponta que a militância é o exercício da defesa – ativa, intensa, profunda – de uma causa. É possível escrever este enunciado de outra forma, no momento em que substituímos os itens lexicais “defender” e “lutar” por um de seus significados estabilizados. Apresentarei os deslizamentos dos sentidos que podem, sempre, ser outros. É possível dizer, a partir desta SD, que a militância:

<b>Deslizamento 1</b> Item lexical: <b>Defender...</b>	A)	... é <b>proteger-se de ataque em favor</b> de uma causa e lutar ativamente a favor dela.
	B)	... é <b>afastar o perigo em favor</b> de uma causa e lutar ativamente a

	favor dela.
--	-------------

A partir desta transformação do dito, surgem outras questões como: de quem ou do que é preciso se proteger? Quem é este sujeito atacante que exige do militante uma ação de proteção? Seguindo para o segundo deslizamento: que perigo é esse que precisa ser afastado pelo militante para que a sua causa tenha andamento? A militância parece ser, então, um processo de combate ao perigo, de resguardo daquele que a pratica, pois ele (ou a causa que defende) sofre ataques intensos com poder suficiente para destruí-la.

Passsei, então, para o deslizamento 2, onde substituí o termo **lutar**, usando as mesmas alterações lexicais já realizadas com o termo **defender**, o que permitiu 6 combinações possíveis de deslizamento:

<b>Deslizamento 2</b> Item lexical: Lutar...	A)	... é <b>proteger-se de ataque em favor</b> de uma causa e <b>participar de combate/batalha</b> ativamente a favor dela.
	B)	... é <b>proteger-se de ataque em favor</b> de uma causa e <b>resistir (ativamente) a algo/alguém</b> ativamente a favor dela.
	C)	... é <b>proteger-se de ataque em favor</b> de uma causa e <b>trabalhar com afinco para sobreviver</b> ativamente <sup>26</sup> a favor dela.
	D)	... é <b>afastar o perigo em favor</b> de uma causa e <b>participar de combate/batalha</b> ativamente a favor dela.
	E)	... é <b>afastar o perigo em favor</b> de uma causa e <b>resistir (ativamente) a algo/alguém</b> ativamente a favor dela.
	F)	... é <b>afastar o perigo em favor</b> de uma causa e <b>trabalhar com afinco para sobreviver</b> ativamente a favor dela.

Podemos ver então que, através dos sentidos estabilizados, militância, além de ser um ato de proteção que envolve afastar o perigo eminente, real e intenso, que ameaça de forma efetiva a causa daquele que se coloca na situação de militância, trata-se de uma situação de sobrevivência (um trabalho realizado com afinco), de resistência, de combate. O sentido de ameaça se intensifica. O militante não é só aquele que está sob perigo, sob risco de uma ação que lhe é violenta, mas também aquele que sobrevive, que subsiste, que resiste não por mero interesse em contrapor-se, mas porque a sua própria existência depende desta oposição. Militar é uma questão de vida ou morte.

Considerado, agora, como objeto discursivo que escapa às armadilhas da suposta transparência da língua, evidencio dois efeitos de sentidos: **militância guardiã** e **militância sobrevivente**. Efeitos de sentidos que se interpenetram, que dialogam profundamente, pois a militância guardiã assume este posto de protetorado em razão da

<sup>26</sup> As palavras sobreescritas são as adequações frasais.

ameaça destruidora que recai sobre o militante, ou sobre a causa de sua proteção. Diferente da condição de sobrevivente, a militância guardiã está mais empoderada do seu papel e da sua identidade de militante e por isso consegue tornar-se protetor de outrem – ele milita não apenas para si mesmo, mas para o grupo que representa, compreendendo que militar por si mesmo, reverbera na proteção de todos.

Digo “ameaça destruidora”, pois não é qualquer espécie de oposição que demanda uma “batalha intensa”, um “trabalho dedicado pela sobrevivência”. Sobreviver é sobrepor-se a uma fatalidade, a uma força que, em muitos casos, pode ser maior que aquela que contra ela luta. No dicionário, sobreviver está definido como “permanecer vivo após desaparecimento de outros, ou após passar por perigo mortal, doença, dificuldades”. Este perigo mortal representado pela oposição à causa do militante, ao meu ver, só pode ser considerado mortal por afetar dimensões do sujeito militante que se costuram à própria essência do seu viver. Tomemos, por exemplo, a causa LGBT: aqueles que atacam a causa LGBT, atacam o próprio direito de ser dos gays, das lésbicas, dos bissexuais, das travestis e dos/das transexuais. De igual forma, aqueles que atacam a causa dos negros e negras afetam o direito de ser negro e negra. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao caso das mulheres<sup>27</sup>. Isso obriga que as mulheres, os negros e as negras, como também os LGBT, “afastem o perigo em favor de uma causa e trabalhem com afincado para sobreviver”. Outros e outras já desapareceram antes, foram derrotados pela ameaça. Aqueles que militam são guardiões da própria existência e da existência de sua causa, como também militam no esforço do sobreviver.

### 5.1.2 EFEITOS DE SENTIDO DE MILITÂNCIA IMPESSOAL E DE MILITÂNCIA MANIFESTO

Outra ausência ou outro silêncio que se destacou aos meus olhos, quando me debrucei sobre o *corpus*, foi o sujeito de ação da militância nas sequências discursivas dos participantes da pesquisa. Apenas dois enunciados (SD8, SD16 – questão 4) colocam o “eu” (presente através da terceira pessoa do plural) como sujeito da militância, incluindo o respondente do questionário como alguém que milita, que produz militância. Buscando subsídios na gramática, quando se refere aos pronomes pessoais, Neves (2000, p. 449-450), esclarece que:

---

<sup>27</sup> Importante ressaltar que, apesar desta aproximação que proponho, reconheço que há particularidades em cada uma destas pautas, exigindo abordagens e perspectivas diferenciadas de ação.

O **pronome pessoal** tem uma natureza **fórica**, isto é, ele é um elemento que tem como traço categorial a capacidade de fazer **referência pessoal**: a) a uma pessoa ou coisa que foi (**função anafórica**) ou vai ser (**função catafórica**) referida no texto; é o caso, especialmente, dos **pronomes de terceira pessoa** [...]; b) a um dos interlocutores (**função exofórica** ou **dêitica**), isto é, a uma pessoa que pertence ao circuito de comunicação; é o caso da **primeira** e da **segunda pessoas** [...]. (destaques da autora).

De certa forma, isso permite especular que, ao falarem “[...] É não aceitar mais submeter-se às posições que se esperam **da gente**. É uma experiência libertadora, além de um mecanismo para a mudança que **a gente** espera da sociedade” (Questão 4: SD8 – **Areia**) e “[...] No momento em que **recusamos** rótulos, expectativas alheias, padrões, estamos militando, **estamos lutando** pelo direito de **sermos quem quisermos** ser” (Questão 4: SD16 – **Jarvis**) -, os respondentes se assumem como parte da luta desde uma posição que se quer reconhecida. Através dos verbos **recusamos**, **estamos**, **sermos** e **quisermos** evidenciei um **nós** oculto no qual, por sua vez, se revela um **eu** que, conquanto não verbalizado, segundo a gramática, aponta para um dos interlocutores. O mesmo posso dizer a respeito de **da gente** e **a gente** na SD8 “[...] É não aceitar mais submeter-se às posições que se esperam **da gente**. É uma experiência libertadora, além de um mecanismo para a mudança que **a gente** espera da sociedade” haja vista ser possível substituir tais expressões por **de nós** e **nós** - “[...] É não aceitar mais submeter-se às posições que se esperam **de nós**. É uma experiência libertadora, além de um mecanismo para a mudança que **nós** espera(mos) da sociedade”.

Nesses termos, o **eu** oculto em um **nós**, também não explicitado, nos enunciados desempenha função fórica clara no momento em que remete a uma “pessoa que pertence ao círculo de comunicação” composto em função da produção de dados para esta pesquisa. Esse **eu/nós** não apenas integra o círculo de comunicação, como faz questão de que isso seja, de algum modo, dito e registrado.

Todos os demais enunciados colocam no Outro<sup>28</sup> o ato da militância que é, por sua vez, considerada como uma luta do Outro, uma resistência do Outro, uma sobrevivência do Outro. Alguns exemplos desse Outro militante foram recortados das SDs, retiradas da questão 4, apresentadas a seguir:

---

<sup>28</sup> Esclareço que o uso de maiúscula inicial na palavra Outro não estabelece qualquer ligação com o grande Outro laciano, mas tão somente pretende destacar o item lexical – o que tenho feito, ao longo do texto, em relação a outras palavras também.

---

**SD4:** “Militância é o movimento realizado por uma “minoría” da sociedade que busca seus direitos” (**Voughan**)

---

**SD10:** “[...] é quando se defende uma ideologia através de ações. [...]” (**Nolan**)

---

**SD12:** “Estar organizado coletivamente em torno de uma causa que possui agenda e justificativa enquanto demanda sócio-política.” (**Phelan**)

---

**SD14:** “Defender ativamente uma causa.” (**Killian**)

---

Estabeleço vínculos também com a Questão 8 (“Você acha que a LGBTfobia pode ser combatida? Como?”), onde encontrei reverberações deste distanciamento do **eu** da ação de combate à LGBTfobia, como nos exemplos apresentados a seguir:

---

**SD5:** “Pode ser combatida com a união dos LGBTs e outros [...]” (**Airell**)

---

**SD8:** “Acredito que sim, em diversas esferas. A principal, seria na relação com as leis – criminalizar a LGBTfobia é urgente. Além disso, é preciso que os oprimidos se unam e consigam, juntos, enfrentar seus opressores.” (**Arela**)

---

**SD9:** Acredito que a LGBTfobia pode e é combatida pelas pessoas que se sensibilizaram à problemática. (**Tristan**)

---

**SD13:** “Creio que sim. Mostrando que essas relações são normais e que amor é melhor que ódio.” (**Morgan**)

---

Comparando estas oito SDs (respostas às questões 4 e 8) com as de Arela e Jarvis, respostas à questão 4, fica muito evidente o silenciamento do **eu**. Interessante notar que a própria Arela acaba realizando este deslizamento de sentidos, quando responde à questão 8, ocultando o **eu**. Neste movimento, surgem as questões: Quem irá combater a LGBTfobia, se não eu, enquanto sujeito LGBT? Quem irá criminalizá-la? Quem são as pessoas que se sensibilizaram pela problemática? Quem mostrará que as relações LGBTs são normais e que o amor é melhor que o ódio? Os sujeitos escapam da posição em que seriam implicados a realizar tais ações, silenciam a sua necessidade de fazê-lo, colocando em um interlocutor desconhecido a responsabilidade de lidar com estas situações.

Ao ampliar o estudo para o funcionamento discursivo, o trabalho se dá com o já-dito, sendo possível relacionar materialidade discursiva com exterioridade (interdiscurso). Assim sendo, o analista se desloca para um trabalho com recortes discursivos, unidades discursivas que se constituem fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Portanto, não se limita à interioridade textual, mas se remete à exterioridade discursiva. Nesses termos, e desde a posição de analista de discurso, percebo um efeito **de sentido de militância impessoal** a reverberar nas SDs, pois essa luta por sobrevivência, esse combate para afastar o perigo parece não envolver os participantes da pesquisa. Envolve outros grupos dos quais os respondentes não afirmam claramente fazer parte, o que é intrigante se

eu considerar que eles são parte da comunidade LGBT, fato que inclusive justifica sua participação nesta pesquisa.

Analisando mais detidamente a resposta de Vougan para a questão 4, fiquei bastante instigado pelo jogo de sujeitos que se estabeleceu:

---

**SD4: Militância é o movimento** realizado por uma "minoría" da sociedade que busca seus direitos. **A militância é procurar tomar providencias, realizar movimentos e entregar ao mundo mensagens para que** entendam que somos humanos e só queremos viver do mesmo modo que outros humanos vivem. (Vougan)

---

O ato de militar, ou seja, a militância é realizada por “eles”, são os Outros que compõem uma minoria, que buscam os seus direitos. É lá, na distância, que a ação do militante se corporifica, pois são eles que precisam realizá-la. Entretanto, em uma curiosa “virada” dos sujeitos, os militantes – que são os Outros – precisam “entregar ao mundo mensagens para que entendam que **somos humanos e só queremos [...]**”, aparecendo o Eu incluído na primeira pessoa do plural. Assim, o Outro-militante precisa movimentar-se para que o Eu-sujeito possa ser humano e viver como outros humanos.

Essa impessoalidade diante do ato de militar se torna ainda mais provocativa quando olhamos para a questão 7: “Você considera que existe LGBTfobia? Você sofre com isso?”. Os dezesseis respondentes concordam que a LGBTfobia existe, mas apenas cinco indicam que sofreram diretamente com ela. Será mesmo que os outros onze sujeitos não sofreram LGBTfobia ou não souberam identificar situações de discriminação?

Parece emergir uma invisibilidade característica: o assumir-se LGBT como sujeito que sofre. Aproximando estas duas questões, reverbera um efeito de sentido de fuga da homo, da bi, da trans ou da pansexualidade como identidade alvo de ataques ou passível de sofrimentos, como se não fosse – como de fato é em muitos contextos – um risco à vida ser LGBT. Dessa forma, ser militante só se configura necessidade para aqueles que sofrem risco, que sofrem ameaça: negando a existência da ameaça – materializada na LGBTfobia – nega-se a necessidade de militância. Militar, olhando pelo outro lado do prisma, poderia ser uma afirmação contundente de homossexualidade/transsexualidade. Seria o atestado final da identidade LGBT – aquele que se envolve na militância é aquele que confirma ao mundo estar sob risco, logo “escancara o armário” e grita: “Estou em risco e luto para sobreviver por ser LGBT”.

Como afirmei antes, o **eu militante** é silenciado, restando vestígios de luta pela presença desses Outros nas SDs – **LGBTs e outros, pessoas que se sensibilizaram à**

**problemática, atividades e movimentos, leis, uma minoria da sociedade que busca seus direitos.** Pensando sobre o processo discursivo e os sentidos provocados por essa tensão entre o eu-sujeito e o outro-militante, será coerente ouvir nas respostas analisadas mais do que a menção a um processo de luta contra a LGBTfobia nesses tempos ainda recentes. Será possível ouvir também, no silenciamento do eu-sujeito, vestígios discursivos de uma luta difícil, exigente e perigosa. Em outras palavras, é forte, nesses dizeres, a presença de já-ditos que remetem a um discurso de preconceito ainda hegemônico, ainda ameaçador, articulado e disseminado em nossa sociedade. Já-ditos que intentam restringir, através da interdição coercitiva e (in)visível de pessoas LGBT, a invenção de uma história diferente pela palavra. Enfim, a possibilidade de assumirem a palavra dita como sua, a luta enunciada como sua. Nesses já-ditos, batimentos no interdiscurso, esta mesma possibilidade é, de modo recorrente, negada. Contudo, percebo ainda outro efeito de sentido, fronteiro ao de **militância impessoal**: o de **militância manifesto**.

O sentido de **militância manifesto** reverbera em SDs nas quais identifiquei relações estabelecidas pelos sujeitos entre a militância e o grande efeito de lutar por uma causa, lutar pela causa LGBT – o sujeito militante declara-se plena e completamente sujeito desviante. Aquele ou aquela que milita não aguarda que a norma faça a sua denúncia diante do outro, ele não aguarda que a “Lei” denuncie a sua inconformidade com o esperado. Ele corre à frente e se posiciona como defensor, como combatente dessa causa – e da própria sobrevivência – que o coloca em posição de orgulho diante daqueles que, pelo seu silenciamento, não declaram a si mesmos como LGBT - eles são acusados/denunciados pela heteronorma. Surge, assim, este **efeito de sentido de militância manifesto**, em razão do impacto gerado pela autoafirmação. Se, no processo da heteronormatividade, cabe a ela gerar as acusações e buscar a correção dos sujeitos, o militante impossibilita – em parte – a sua ação e declara, de forma indiscutível, a sua identidade: ele não abre brechas para o ataque, pois assume a motivo primeiro de tornar-se alvo: o desvio. Por outro lado, me parece que, ao desafiar a norma abertamente, mecanismos outros de opressão, mais violentos, são acionados, no objetivo de recondução à norma, podendo mesmo levar à morte – à eliminação – daquele sujeito que não se enquadra, que não se submete.

Encontrei ecos desse sentido nas respostas dos participantes para a questão 9 (“Você acha que a LGBTfobia pode ser combatida? Como?”). Foi, justamente a

autodeclaração, o “manifesto de si mesmo”, que se destacou como método de combate à homofobia.

---

**SD2:** No momento eu acredito que não faça nada efetivo, **além de não tentar mais esconder quem eu sou em redes sociais ou na "vida real". (Alden)**

---

**SD3:** Eu tento combater a homofobia **sendo eu mesmo e mostrando que ser gay é apenas um rótulo** e não define minha totalidade como pessoa. [...] **(Garwin)**

---

**SD4:** **Não tendo vergonha de mostrar quem e como sou [...]** **(Vougan)**

---

**SD10:** Eu faço questão de **me inserir como "gay" em todos os ambientes** que preciso estar, e faço questão que todos entendam que sou gay [...] **(Nolan)**

---

**SD12:** **Me afirmo** diante da sociedade **(Phelan)**

---

**SD13:** A minha maneira velada de combater a homofobia **é mostrar que tenho valores mesmo sendo gay (Morgan)**

---

**SD16:** **Eu vivo! Eu existo, eu trabalho, eu estudo, eu produzo, eu “arrazo”, eu sou linda, eu me manifesto, eu tenho fãs! (Jarvis)**

---

Aqui emerge a memória discursiva que se constrói em Stonewall e, posteriormente, no Brasil da década de 60 e 70: renova-se o dizer do empoderamento, da afirmação, do “assumir-se”. Não basta apenas ser, é preciso – e é motivo de alegria – dizer-se. No **efeito de sentido de militância manifesto**, reencarnam as palavras de ordem de Stonewall, reencarnam as músicas, o canto e as danças dos *Dzi Croquettes*, reencarnam vidas e esperanças de gays, de lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais que transgrediram a possibilidade do dizer no seu tempo e irromperam para a possibilidade do dizer outro, do dizer diferente.

Outro elemento a ser destacado a partir desse trabalho analítico é o deslocamento discursivo do sujeito LGBT evidenciado, por exemplo, em SD4 (Vougan, questão 4): “Militância é o movimento **realizado por uma "minoria" da sociedade que busca seus diretos**. A militância é procurar tomar providencias, realizar movimentos e entregar ao mundo mensagens para que **entendam que somos humanos e só queremos viver do mesmo modo que outros humanos vivem**”. Ainda que se trate do mesmo indivíduo enquanto corpo físico, não falo de um mesmo sujeito se considerado como posição discursivo-enunciativa conforme propõe a AD. Esse deslocamento evidencia a divisão do sujeito. Evidencia a possibilidade de divisarmos, num mesmo sujeito, vozes que se opõem, se complementam, se desafiam à medida que ele assume posições diferentes (tal qual aconteceu com Arela, quando comparamos as SDs que são respostas dadas às questões 4 e 8). Faz escolhas diversas. Reflete diferentemente sobre suas responsabilidades. E, assim, revela comprometimentos ideológicos também variados. Da mesma forma, e lembrando

que o próprio Pêcheux (1997) fala sobre uma exterioridade que é constitutiva do sujeito, no discurso de Vougan se revelam tanto as marcas das interdições gestadas nessa exterioridade quanto a forma como ele se coloca diante de tais interdições, ou seja, seu modo de funcionamento. Ainda que o eu militante se apresente silenciado, Vougan não está conformado com um silenciamento que ressoa no modo como a sociedade estigmatiza e recrimina a pessoa LGBT. Em outras palavras, nesse silenciamento ecoa a indignação potente carregada de memórias interdiscursivas que falam de uma história vivida entre perseguições e lutas, entre silêncios e transgressões.

### 5.1.3 EFEITOS DE SENTIDO DE TRANSFORMAÇÃO E DE CONCESSÃO

Próximo ao **efeito de sentido de militância manifesto** ressoa o **efeito de sentido de transformação**. Esse sentido me surpreendeu na questão 7 (“Você considera que existe LGBTfobia? Você sofre com isso?”). Nas respostas a essa pergunta, como dito anteriormente, foi impressionante a quantidade de sujeitos que alegam não sofrer LGBTfobia apesar de todos concordarem – com muita ênfase – na sua existência. Destaquei do *corpus* o item lexical **sofrer**. No dicionário encontrei os seguintes significados:

---

**Sofrer**: experimentar mal físico, afetivo ou moral; padecer, experimentar, passar por dano, abalo; **passar por alteração ou mudança** (exemplo: **sua personalidade sofreu uma grande modificação**); **admitir, permitir** (exemplo: **apresentava-se de tal maneira que não sofria restrições**);

---

Os sentidos em negrito foram destacados por mim em razão da possibilidade de relação que se abre quanto aos enunciados dos sujeitos da pesquisa, catalisados pelos dois exemplos apresentados no dicionário. Sofrer, além de significar a experiência do mal físico, afetivo ou moral, pode estar relacionado com transformações, mudança, valendo também para a personalidade. Sofrer homofobia, então, está atrelado à transformação da identidade, da personalidade, do sujeito que transiciona de um ponto para outro. Nesse caso, do ponto de correção para o ponto de transgressão. Tal como o **efeito de sentido de militância manifesto**, o **efeito de sentido de transformação** se coaduna com um movimento de autodeclaração dos sujeitos, que “se (d)enunciam” LGBT, “inimigos da

norma”, “foras da lei”. Essa autodeclaração, entretanto, não apresenta sentido positivo, sentido a ser festejado, comemorado, já que a heteronorma ainda age sobre a constituição de compreensão de heteros e LGBTs. Aqui ressoam anos e anos de construção discursiva, de memória do dizer, que encontram sua gênese, talvez, nos trabalhos de Freud e na consolidação da ideia do heterossexual como normal, como saudável do discurso médico.

Se no **efeito de sentido de militância manifesto** o sujeito, por empoderamento, se impunha à norma, demarcando seu espaço e sua forma de ser, o **efeito de sentido de transformação** demarca aqueles que passaram pela mudança, é a heteronorma que os declara, exercendo seu papel de controle. Sofrer a LGBTfobia passa a ser um alerta, uma indicação, uma marcação: aquele ou aquela que é seu alvo deve ser sujeito das atenções, da cautela, da observação cuidadosa. Isso porque foi percebido, apreendido, pela norma que o sinaliza como desviante.

Através dessas análises, chego a duas conclusões herdeiras da Análise de Discurso pecheuxtiana. Primeiro, os sujeitos não se sustentam numa posição única. Capturados por enunciados feitos em momentos anteriores e colhidos pelo seu dizer, os sujeitos e os sentidos se constituem na movência, na errância, o que faz lembrar da compreensão de Eni Orlandi (2012) segundo a qual o discurso é palavra em curso, em movimento. Segundo, o já-dito abre espaço para o diferente na medida em que o sujeito a ele incorpora redes de sentidos outras não previstas, podendo ocorrer (e de fato ocorrendo) a filiação a redes de sentidos também outras. Enfim, nos movimentos discursivos articulados pelos sujeitos LGBT se gestam processos relacionados aos seus modos de ser e existir enquanto fenômenos que não são datados assim como também se constituem oportunidades de atualização e reviramento das memórias interdiscursivas que tanto se fazem espaço de sedimentação quanto de descascamento de sentidos cristalizados.

No mesmo item lexical **sofrer** ecoa o **efeito de sentido de concessão**. Tomei, a título de exemplo, o enunciado de S1: “Acredito que sim [que existe LGBTfobia]. Não **sofro** [com isso]”. Pelo não-dito, o entrevistado está enunciando que, apesar de acreditar na existência da LGBTfobia, ele – enquanto sujeito LGBT – “não sofre restrições”. Este sentido ganha força quando volto meu olhar para a resposta de Bellona e Albion para a questão 7. Nestas respostas ambos os participantes destacam a intensidade do preconceito contra LGBTs, contudo pontuam que não são alvo deste preconceito.

---

**SD6:** Existe sim um preconceito enraizado na sociedade [...] Sofri quando era mais nova, dentro

---

da família e na escola. Atualmente não sinto tanto problema (apesar de não ser assumida perante minha família). **Mas talvez não sinta por não me expor mais tanto. (Bellona)**

---

**SD7:** Sim, demasiado, creio que é incrivelmente presente no Brasil e creio que o conservadorismo é um dos inimigos do problema. **Nunca fui alvo direto desse sofrimento por não ser aberto com isso [...]** (Albion)

---

Aqui, “não ser aberto”, “não anunciar-se” faz com que a heteronorma conceda um aval de convívio. A norma permite que o sujeito, apesar de desviante na sua identidade, esteja resguardado da sua opressão. Desde que se mantenha incógnito: a concessão é dada em troca do silêncio. Como aponta S6 ao relatar homofobia em sua infância – no momento em que “parou de se expor” a lesbofobia parou de fazer-se presente. A norma lhe concedeu passagem, permissão para estar em sociedade sem sofrer a “corrigenda da lei”. Em outras palavras a norma tolera.

No que concerne à Albion, a sua forma de estar, a sua forma de se portar não o denuncia, não chama para si a ação da norma. Ele, enquanto sujeito, que se faz oculto em meio a outros LGBTs que não se apresentam de maneira “silenciosa”, passa pela norma sem ser atingido. Ecoam aqui, memórias discursivas que referenciam ao famoso bordão segundo o qual “pode ser gay, mas não precisa ser *viado*”, posto por muitos como uma demonstração de aceitação da homossexualidade. Ser gay, gostar de outro homem não é o problema. O problema é a expressão identitária com características não masculinas, ou ainda, femininas. Aqui denuncia-se o ponto de encontro entre a homofobia e o machismo: o problema do *viado* é fazer referência ao feminino. Esta realidade é tão intensa que se tornou um marcador de pesquisa para violência contra homens gays: no Relatório de Violência Homofóbica no Brasil em 2013, 73% dos homens homossexuais que sofreram discriminação expressam sua identidade em aspectos femininos (BRASIL, 2016). O homem afeminado renuncia a sua “natureza masculina superior” e apresenta trejeitos da “natureza inferior feminina”. É assim, de imediato, percebido pela heteronorma.

#### 5.1.4 EFEITOS DE SENTIDO DE LGBTFOBIA INCONSTITUCIONAL E DE MILITÂNCIAS DA INFORMAÇÃO

A questão 8 (“Você acha que a LGBTfobia pode ser combatida? Como?”) foi pensada de tal forma que, indagando sobre as possibilidades de superação social da LGBTfobia, levasse os colaboradores da pesquisa a exporem ações de militância, sem, entretanto, usar este termo. Emergem, então, do *corpus* efeitos de sentido sobre militância, mas também sobre LGBTfobia. Em primeira instância destacaram-se duas expressões –

**informação** (presente em SD1, SD3, SD9, SD11, SD12, SD14) e **conscientização** (presente em SD4, SD7, SD14). Visitando os sentidos estabilizados para estas palavras encontramos:

---

**Informação:** 1. **Ação ou resultado de informar (-se);** 2. **Conjunto de dados sobre algo ou alguém;** 3. **Relato de acontecimentos ou fatos,** transmitido ou recebido; 4. **Dados ou notícias tornados públicos através dos meios de comunicação.**

---

**Conscientização:** 1. **Ato ou efeito de conscientizar (-se) || Conscientizar:** Tornar (-se) **consciente,** informado, ciente (de algo); 2. Tornar (-se) **capaz de compreender seus direitos e deveres como cidadão, a realidade política do país e do mundo, as causas e processos das mudanças históricas; tornar-se consciente, politizado.**

---

Os sujeitos da pesquisa evidenciam que é preciso “relatar os acontecimentos, os fatos”, é preciso “dar notícias, publicizar” ou ainda “tornar consciente” sobre os e as LGBTs para que o preconceito diminua. Isso porque os LGBTfóbicos não estão informados, não possuem informações suficientes, não estão conscientes acerca de gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans. Em um sentido ainda mais impactante, o sujeito LGBTfóbico não é capaz de “[...] compreender seus direitos e deveres como cidadão, a realidade política do país e do mundo, as causas e processos das mudanças históricas”. Neste efeito de sentido, configura-se o ataque social exercido pelo LGBTfóbico: ele descumpra seu papel de cidadão. Quando retomo a Constituição Federal (CF) brasileira, que proíbe a discriminação de qualquer ordem, percebo a realidade desta concepção. Mais grave ainda: não é apenas o sujeito LGBTfóbico que está em falta com a sua cidadania: o Brasil, como nação, está inconstitucional, pois permite – através do silêncio concordante – que o artigo 3º da CF seja desrespeitado. A não criminalização da homofobia ainda deixa no ar a não necessidade de respeito às pessoas LGBT. Configura-se aqui o **efeito de sentido de LGBTfobia inconstitucional**. A LGBTfobia é, em verdade, a manifestação do desrespeito à Constituição brasileira, é um sentido que recorda a necessidade de uma intervenção, não apenas em termos culturais, mas também em termos legais. Este sentido se manifesta também, de forma mais clara, quando, ao responder à questão 8, diversos participantes enunciam a necessidade desta intervenção de ordem legal:

---

**SD2:** “[...] Além disso também acho válido **leis que possam nos proteger** de abusos físicos/verbais cuja motivação seja o repúdio a um membro da comunidade LGBT.” (**Alden**)

---

**SD3:** “[...] a LGBTfobia pode ser combatida através de atividades e movimentos que levem mais informação às pessoas, e também com **leis que defendam** os direitos dos LGBT.” (**Garwin**)

---

**SD8:** “[...] A principal, seria na relação com as **leis** – criminalizar a LGBTfobia é urgente. [...]” (**Arela**)

---

---

**SD9:** “[...] O preconceito pode ser combatido [...] **com programas institucionais de proteção dos direitos** e das pessoas LGBT.” (**Tristan**)

---

**SD12:** “[...] A única estratégia que vejo dar um mínimo resultado é informação, **legalidade** e resistência.” (**Phelan**)

---

**SD15:** “[...] Pode ser combatida [...] no âmbito político/institucional, no **estabelecimento de políticas públicas.**” (**Kendall**)

---

**SD16:** “[...] essa luta deve mesclar **leis, punições,** campanhas publicitárias, educação, etc. [...]” (**Jarvis**)

---

Retomando o ponto de partida desta sequência de análises, os participantes da pesquisa enunciaram a importância da informação e da conscientização dos sujeitos. Entretanto, relatar que acontecimentos? Dar notícias do quê? Em verdade, muito se fala e muito se relata a cerca de gays, lésbicas, bissexuais, homens e mulheres trans. Seja na grande mídia ou não, estes sujeitos estão presentes nos discursos sociais. A resposta surge em outros enunciados desta questão:

---

**SD2:** Acho que quanto maior visibilidade (positiva) tivermos, mais pessoas vão se conscientizar que somos **cidadãos normais** como qualquer outro, estudamos, trabalhamos e pagamos nossos impostos e etc. [...] (**Alden**)

---

**SD4:** [...] temos o mesmo modo de viver, trabalhando, estudando e batalhando todos os dias para **manter uma vida como qualquer outra.** (**Vougan**)

---

**SD11:** [...] É necessário que as pessoas se acostumem que este modelo de família **é tão normal e possível** quanto o tradicional imposto. (**Owyn**)

---

**SD13:** [...] Mostrando que essas relações **são normais** e que amor é melhor que ódio. (**Morgan**)

---

Surge aqui um efeito de sentido acerca da militância: **efeito de sentido da militância da informação**, em outras palavras, uma militância que deve levar a notícia de que os e as LGBTs são normais. A militância, aqui, deve ser a ação que diz da LGBTfobia desde um lugar da normalidade, de um lugar aceitável, que aproxima os e as LGBTs dos heterossexuais, que aproxima estas formas de ser e estar na vida. Entretanto, esta adjetivação “normal” provocou-me a seguir pelo fio discursivo e foquei meu olhar, não no efeito de sentido da militância da informação, mas sobre as duas possibilidades de caminho que este efeito poderia trilhar a partir deste termo. Deparei-me, então, com um caminho parafrástico da militância de informação e um caminho polissêmico: o primeiro seria o de **militância da informação conservadora** ou ainda **iludida**, o outro seria o da **militância da informação de ruptura**.

### 5.1.4.1 Efeito de Sentido de Militância da Informação Conservadora/Iludida e Efeito de Sentido de Militância da Informação de Ruptura

Lembrando que, consoante adverte Mutti (2014, p. 350), nos “[...] dicionários encontram-se inventariadas as acepções das palavras da língua que já estão legitimadas socialmente”, como movimento inicial, observei os sentidos estabilizados da palavra **normal** no dicionário:

---

**Normal:** 1. Que é natural ou habitual (reação normal); 2. Que é segundo a norma ou padrão

---

Em um dos sentidos possíveis, a notícia que devemos divulgar é a de que os LGBTs estão na norma. Este efeito de sentido retoma dizeres que estão no interdiscurso da história da militância LGBT – seu começo, nos EUA, na década de 40, onde a preocupação dos grupos militantes era construir uma imagem respeitável para os gays. Essa imagem respeitável desejava a inclusão na sociedade e, por consequência, a inclusão na norma. Inclusão, porém, impossível pelos moldes da heteronorma, pois seu intento não é agregar sujeitos e identidades e sim padroniza-los, controla-los, contê-los, submetê-los. Existe, nesse efeito de sentido, uma via dupla que demonstra a crueldade do processo da opressão.

Deseja-se levar a informação a sociedade para que tome consciência de que, enquanto LGBTs, somos pessoas normais, pois como apontam Alden e Vougan, em resposta à questão 8, “[...] trabalhamos, estudamos, pagamos nossos impostos, etc... [...]” (Alden), enfim, “[...] temos o mesmo modo de viver, trabalhando, estudando e batalhando todos os dias para manter uma vida como qualquer outra” (Vougan). Entretanto, a verdade é que não somos normais. O simples fato de que nossa normalidade precisa se tornar pauta de notícia, assunto nas mídias, já demonstra que o dito que afirma a dita normalidade também é aquele que, contraditoriamente, a questiona, duvida dela.

Não somos normais pela natureza da norma na qual “desejamos nos inserir”, desde sua perspectiva sempre seremos desviantes, poderemos, no máximo, ser tolerados, mas nunca seremos sujeitos plenos. Sempre seremos aceitos parcialmente, sempre escondidos. Contudo, o mecanismo opressor da heteronormatividade empurra os sujeitos LGBT a desejar a aceitação, a inclusão social, o respeito dentro dos seus moldes, dentro das suas regras. Estrutura-se, assim, um ciclo torturante de aceitação e repulsão, que prende os e as LGBTs em um caminho de frustração e insucesso, um caminho do/no qual sempre

desejarão fazer parte, mas nunca terão o necessário para serem aceitos. Por isso o caráter conservador (parafrástico) e ilusório desse efeito de sentido: ele retoma uma perspectiva já superada em termos do histórico da militância LGBT e aprisiona o sujeito enunciante na ilusão de que o contexto social o aceitará da forma em que está agora, de que nenhuma transgressão deverá ser provocada para que exista a aceitação.

O caminho polissêmico que objetiva informar/conscientizar acerca da condição normal dos LGBTs seria o do sentido de natural, de habitual, de comum. Ser LGBT faz parte das diversas possibilidades da natureza, da vida social, da existência e, além disso, é comum, corriqueiro. Mas, então, o que não é normal? Anormal não seriam os sujeitos LGBTs e sim a norma que busca condicionar, não apenas as e os LGBTs, mas a toda a sociedade: a heteronormatividade. Gerando a conscientização de que as formas não-heterossexuais de relacionamento são tão naturais, corriqueiras e comuns quanto a própria heterossexualidade, se provoca uma rachadura na norma/regra, levando para o centro todas as identidades que, até então, eram marginalizadas. A informação, a conscientização, aqui surge não como uma ferramenta de concordância com a heteronorma, mas como estopim da sua quebra, da sua desconstrução. Ataca-se, justamente, a estrutura basilar da heteronormatividade: a normalidade exclusiva da heterossexualidade. Se ser bissexual, ser lésbica, ser homossexual, ser transexual ou ainda ser pansexual e ser assexual também passar a ser considerado normal, onde a heteronormatividade irá se sustentar? Sem este eixo, toda a sua construção de opressão, de sofrimento e submissão – que atormenta a todos, de uma forma ou de outra – se despedaça por completo.

Nesses termos, ressoam dos itens lexicais **normais**, **normalizem** e **normal** (na questão 8), em “somos cidadãos **normais**” (Alden), “creio que seja a melhor forma, produzir mídias que **normalizem** essa ideia” (Albion) e “este modelo de família é tão **normal** e possível quanto o tradicional imposto” (Owyn), efeitos de sentido em conflito, vozes em confronto haja vista ser possível que uma mesma palavra da língua faça “[...] referência a sentidos pertencentes a posições discursivas em confronto” (MUTTI, 2014, p. 348). Conforme explica Orlandi (2001, p. 9),

Os processos de produção do discurso implicam três momentos igualmente relevantes:

1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo;
2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e
3. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições.

Na formulação, a memória se atualiza, os sentidos se estabelecem, o sujeito se faz e desfaz. Na errância, na movência, sujeitos e sentidos se constituem ao mesmo tempo no encontro de materialidade da língua com a materialidade da história. A memória discursiva, o interdiscurso, se organiza por meio do esquecimento: esquecemos de que modo os sentidos se constituem, pressupondo que somos a origem deles. O sujeito necessita dominar os sentidos, necessita de universos logicamente estabilizados através dos quais essa ilusão do Um se confirma. A sociedade busca administrar a relação do sujeito com os sentidos, sustentando tal intenção numa divisão social do trabalho de interpretação (ORLANDI, 1996) e de autoria (FISS, 1998).

Todavia, mesmo existindo mecanismos de controle da fundação de sentidos outros onde já existem sentidos estabilizados, os sentidos deslizam, os discursos não possuem limites traçados de forma fixa. Como lembra Orlandi (1998, p. 134), “[...] suas fronteiras são móveis, uma vez que, em função da existência dos processos discursivos, o que se têm são estados desses processos, que estão sempre em movimento e em inter-relação constante”. Dessa forma, o que se liga a um discurso enquanto parte constituinte só se define assim devido à sua relação com o que se liga a outros discursos que o delimitam. Há que se considerar, sempre, está relação entre discursos na análise dos enunciados e, então, a presença de vozes que terminam por deixar marcada no discurso a presença de outras enunciações feitas em outro tempo e espaço. Isto significa que a análise, por se dar para além da superfície linguística, torna possível a identificação de sentidos contraditórios que travam uma luta permanente nas relações que estabelecem. Sentidos contraditórios como os evidenciados em nossas análises como pretendo sintetizar nos parágrafos finais desse capítulo.

Os quatro efeitos de sentidos de militância – guardiã, sobrevivente, impessoal e manifesto –, enunciados por pessoas LGBT, estabelecem relações contraditórias entre si. Conquanto apontem para um efeito de sentido comum – o de risco, é possível evidenciar formações discursivas em confronto em decorrência do modo como as políticas de silêncio influenciam seu engendramento. Nesse sentido, posso especular sobre duas FDs – a Formação Discursiva de Gênero Conservadora e a Formação Discursiva de Gênero Transgressora –, sendo que uma toca as margens da outra, estando nela presente como não-dito que também ressoa.

Sendo uma Formação Discursiva definida como “[...] aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2012, p. 43), cabe destacar a presença da Formação Ideológica da Heteronorma que remonta aos sentidos estabilizados acerca da homossexualidade como uma condição de sofrimento, dor e desconforto que força a invisibilidade. Sendo assim, aquele que se revolta sofre as consequências da resistência à norma e é exposto pelo que é.

## 5.2 O LIVRO E AS SOMBRAS SILENCIADAS

O desenvolvimento deste trabalho revelou-se um grande encontro com o silêncio. Eni Orlandi (1996, p. 263) aponta que “[...] o silêncio, tanto quanto a palavra, tem suas condições de produção [...]”. Existe um complexo processo onde o silêncio ocorre, sendo ele tão essencial para o significar como o próprio enunciar. É no silêncio, no “respirar da significação” (ORLANDI, 2001, p. 128), que o significado existe, dito de outra forma, é quando se permite ao significado ser, por não o sufocar com outros significados, que ele se consolida. O jogo dos silêncios e dos dizeres atravessam o discurso de forma indelével – é impossível que esta relação não se estabeleça.

Apesar da naturalidade do silêncio nos dizeres, como um mecanismo de garantia do significado, também pode ser fator de assombro, desconforto, censura. Encontrei, neste trabalho, as duas faces do silêncio. Orlandi (2001) classifica o silêncio de duas formas (1) o **silêncio fundador** e a (2) **política do silêncio**. O primeiro é aquele contraponto da fala, permitindo que ela signifique. A política do silêncio, por sua vez, é composta pelo *silêncio constitutivo*, que se trata do silenciamento, do apagamento das palavras outras que poderiam ser ditas, e pelo *silêncio local ou censura*, ou seja, a interdição da palavra, a proibição do dizer. Será neste jogo de não-dizer, de calar, que se inscreverão os efeitos de sentidos que apreendi.

A formação ideológica (FI) em que todos os efeitos de sentido estão circunscritos é a FI da Heteronormatividade, da Heteronorma. Será ela que definirá as fronteiras de todos os dizeres, de tudo aquilo que é passível de ser dito – seja a favor ou contra as pessoas LGBT. Ela é representada por duas formações discursivas: FD de Gênero Conservadora e

FD de Gênero Transgressora, que se contrapõem profundamente, apesar de serem margeadas uma pela outra. A heteronormatividade parece ser a mediadora das relações sociais, encaixando-se na proposta analítica feita por Orlandi quando pensa o uso da expressão “sério” (ORLANDI, 1996). Nesta análise ela aponta que o enunciador, ao dizer da seriedade do trabalho desta ou daquela pessoa, “exerce uma forma de apropriação do trabalho do outro na medida em que, enquanto sujeito legítimo (juiz) ele se pronuncia de um lugar sério (o que deve ser) e ocupa esse lugar” (ORLANDI, 1996, p. 268). A heteronorma performa exatamente este papel, de mediação social, com relação às pessoas LGBTs, ela se apropria do lugar de dizer de lésbicas, bissexuais, pansexuais, travestis e gays, e deslegitima suas formas de produção de dizeres através do silenciamento, impondo a possibilidade de dizer apenas do seu próprio ponto de vista.

Percebo assim que não é o dizer que melhor qualifica a condição das e dos LGBTs hoje: é o silêncio. É no espaço do silêncio que muitos buscam a sua aceitação social e também, nesses mesmos espaços, que tantos outros procuram possibilidades de ruptura com as censuras impostas pela “mediação” coercitiva da Heteronormatividade, da Heteronorma. Esta condição, a de vida no silêncio, não demonstra esvaziamento de sentidos ou de existência, muito pelo contrário – a vida silente é resultado da violência e da brutalidade em que nos encontramos circunscritos. Não somos sujeitos naturalmente convidados ao exercício da autoria. Resta-nos duas situações – calar, cedendo ao silenciamento, ou usar das brechas do dizer para corromper, corroer a fortaleza da “política de silêncio” (ORLANDI, 2001, p. 128) em que a Heteronorma nos coloca. Utilizamos do respirar do silêncio para transgredir, como os conhecimentos inscritos no Livro das Sombras, que ficam à margem das luzes do mundo. Utilizamos-nos das sombras para viver a gratificação do ser livre – como propõem Jarvis em uma das SDs analisadas. Criei o seguinte gráfico a fim de melhor representar os movimentos do silêncio e dos sentidos a



que faço referência:

Na Formação Discursiva de Gênero Conservadora, encontramos os efeitos de sentidos que sofrem ação do silenciamento na forma de censura, de interdição do dizer. Neles as palavras são apagadas para que não surja o dizer ou, ainda, são proibidas para que não se diga ou signifique desde uma posição militante, de luta. Neste caso, o *eu* é apagado dos enunciados, o sujeito é proibido de existir dentro destes limites. Produzir discursos a partir deste lugar de fala exige submissão à mediação coercitiva da heteronorma, que menospreza o sujeito LGBT como aquele que existe fora do instituído, fora da norma, desviante. No **efeito de sentido de militância sobrevivente**, o vigor da luta está silenciado, pois este sujeito que milita no limiar não tem condições de dizer-se guerreiro. Ele subsiste a uma ameaça indissolúvel. No **efeito de sentido de militância impessoal**, o

#### Gráfico 2 - Produção de Sentidos

sujeito que age não é aquele que deseja a solução. O sujeito falante, apesar de ser LGBT, não consegue colocar-se como indivíduo de ação, já que se encontra silenciado na sua posição de autor. Ele e ela, apesar de sentirem a necessidade de mudança – pois encontram-se em situação de perigo e desconforto, não conseguem deslocar-se para uma posição em que tenham voz própria. No **efeito de sentido de concessão**, retomo o que foi escrito na página 70 deste TCC: “[...] não ser aberto, não anunciar-se faz com que a heteronorma conceda uma aval de convívio. A norma permite que o sujeito, apesar de desviante na sua identidade, esteja resguardado da sua opressão. Desde que se mantenha incógnito [...]”, ou seja, cativo pelas políticas do silêncio. Este sentido parece ser fortalecido pelo **efeito de sentido de transformação**, onde a heteronorma denuncia aqueles que estão desviantes através da LGBTfobia – ser alvo da opressão é o testemunho da ilegalidade, a confirmação da transgressão. Por fim, no **efeito de sentido de militância da informação conservadora/iludida**, o sujeito acredita que a renúncia dos vínculos identitários LGBT garantirão a sua inclusão e aceitação social.

No contraponto, a Formação Discursiva de Gênero Transgressora, embora também se faça nos espaços da mediação coercitiva da Heteronorma, não sofre, do mesmo jeito que a FD de Gênero Conservadora, os seus efeitos soberanos sobre o dizer. Aqui, o silêncio passa a ser produtor da transgressão dos oprimidos, que trincam as estruturas da norma, aproveitando-se para que o não-dito em suspensão seja posto em primeiro plano. O *eu* ganha espaço destacado, surgindo como essencial à ressignificação, à polissemia. O **efeito**

**de sentido da militância guardiã** apresenta o militante como aquele que, protegendo a si mesmo – na perspectiva de um eu empoderado, protege a todos ao seu redor, pois a causa é comum. É guardião porque escuda o militante sobrevivente e aqueles que não conseguem, de alguma forma, se contraporem ao silenciamento. Surge também o **efeito de sentido de militância manifesto**, efeito de sentido que se contrapõe ao de transformação. Aqui, o sujeito faz do *eu LGBT* o motivo de orgulho, ele reconhece que é produtor de dizer e não permite que a norma o denuncie, ele se anuncia, invalidando o poder denunciista da heteronormatividade. Aproxima-se deste efeito de sentido a afirmação de Orlandi ao dizer que “[...]estabelece-se a figura de um sujeito que toma a cargo a responsabilidade de ter produzido um enunciado. A função-autor dá um rosto social ao sujeito” (ORLANDI, 2001, p. 137).

O **efeito de sentido de militância da informação de ruptura** contribui com construções polissêmicas do ser LGBT – isso não é apenas normal, como anormal é a norma que deforma todos e todas. Nessa constituição de sentidos, as formas não-heterossexuais de viver tornam-se tão legítimas quanto a própria heterossexualidade, quebrando-se, assim, o sistema de opressão da norma: não há mais marginalização de expressões sexuais. Por fim, classifico como parte da FD de Gênero Transgressora o **efeito de sentido de LGBTfobia inconstitucional**, pois evidencia que os sujeitos – de uma forma ou de outra –, nos vãos do dizer, percebem a essencialidade de transformação da legislação do país como um mecanismo de equidade social no Brasil.

É nessa trama deslizante, escorregadia, fugidia que LGBTs enunciam sua condição de violência social – psicológica, física e simbólica. Fica evidenciado o digladiar pela autoria, pela capacidade de dizer, como também emergem movimentos de ruptura com o pré-estabelecido, na tentativa de atingir esse direito pleno de significar sem censura, sem silenciamento, sem opressão. Ainda que eu tenha surpreendido, em muitas SDs, a identificação do sujeito com uma FD de Gênero Conservadora a partir da qual me deparei com efeitos de sentidos nos quais evidenciei um sujeito que se deixa silenciar pelas vozes da heteronorma, da heteronormatividade, também me deparei com movimentos de filiação a uma FD de Gênero Transgressora que aponta para a busca de consolidação da luta por movimentos de fundação de sentidos outros onde já existem sentidos estabilizados. Tais descobertas demonstram que sujeitos e sentidos se constituem na errância, no deslizamento, no intervalo. Demonstram que, mesmo que silenciados em função dos jogos

de poder presentes nos jogos de linguagem, LGBTs se constituem no intervalo entre silêncio e transgressão.

## 6. HÁ SOMBRAS ALÉM

Os caminhos do discurso em muito se assemelham a sombras. Opaca é a língua. Opacas são as sombras. Mirar diretamente a luz cega a visão, mas as sombras nos ajudam a percorrer caminhos outros que não imaginávamos que iríamos encontrar. Mirar a língua como se transparente fosse coloca diques à polissemia e às errância próprias aos sujeitos e aos sentidos, mas compreendê-la desde sua opacidade convida a acompanhar a palavra em curso, convida a se deixar ser surpreendido. Nesse sentido, a escrita deste trabalho foi um grande Livro das Sombras para mim – trilhei uma jornada densa em mim mesmo, em uma história que me constituía, que constituía meu dizer, mas que eu desconhecia, através dos dizeres dos participantes da pesquisa. Foi pelos fios do discurso que andarilhei, conheci, encontrei e me surpreendi. O estudo, sem dúvidas, não se encerra por aqui.

Muitos outros sentidos pululavam no *corpus*, desejando se fazer perceber e indicando a necessidade de continuidade deste trabalho – que aproxima Sexualidade e Análise de Discurso. Se encontrei respostas nas sombras, finalizo a jornada com outras tantas questões a serem respondidas. Por que a ideia da transgressão apareceu tão pouco nas falas? Por que, quando convidados a compartilhar suas histórias, a grande maioria dos colaboradores da pesquisa o fez de forma genérica? Que outros silenciamentos se materializam na tentativa de não permitir a fala aos sujeitos LGBT?

A mão do analista de discurso parece, de fato, ter relação com a mão que exerce a Arte da bruxaria – ambas se dedicam a um complexo e denso trabalho artesanal que busca, nas obscuridades, no oculto, nos escapes – e não apenas no que já está revelado, a chama catalizadora do seu trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mateus. **Elenco de “Sense8” roda cenas da série na Parada Gay em São Paulo.** O Globo, 2016. Disponível em: <<http://ego.globo.com/famosos/noticia/2016/05/elenco-de-sense-8-roda-cenas-de-serie-na-parada-gay-em-sao-paul.html>>. Acesso em: 04.set.2016.

APOGLBT-SP. **20ª Parada do Orgulho LGBT reúne cerca de 3 milhões de pessoas.** APOGLBT-SP, 2016. Disponível em: <<http://paradasp.org.br/20a-parada-do-orgulho-lgbt-reune-cerca-de-3-milhoes-de-pessoas-em-sao-paulo/>> Acesso em: 04.set.2016.

BARROS, Enéas Martins de. **Nova gramática da língua portuguesa.** São Paulo: Atlas, 1985.

BOMFIM, Eneida. **Advérbios.** São Paulo: Ática, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 175, de 14 de maio de 2013.** Disponível em: <[http://www.abglt.org.br/docs/CNJ\\_Res175-14-05-2013.pdf](http://www.abglt.org.br/docs/CNJ_Res175-14-05-2013.pdf)> Acesso em: 04.set.2016.

BRASIL. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil:** ano de 2013. Secretaria Especial de Direitos Humanos - Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>> Acesso: 06.nov.2016.

BRESCIANI, Eduardo. **Comissão de Feliciano aprova dois projetos contra homossexuais.** Estadão - Política, 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-de-feliciano-aprova-dois-projetos-contr-homossexuais,1098767>> Acesso em: 30.out.2016.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística.** 10.ed. São Paulo: Scipione, 2008.

ERNST-PEREIRA, Aracy. “Escovando” palavras: movimentos possíveis de interpretação. In: FANTI, Maria da Glória di; BARBISAN, Leci Borges. **Enunciação e Discurso:** trama de sentidos. São Paulo: Contexto, 2012. p. 95-102.

ERNST-PEREIRA, Aracy et all. **O discurso pedagógico:** a presença do outro. Letras – Revista do Mestrado em Letras da UFSM (RS), janeiro de 1996.

ERNST-PEREIRA, Aracy; MUTTI, Regina Maria Varini. O analista de discurso em formação: apontamentos à prática analítica. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 817-833, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/18486/14344>

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O Caráter Singular da Língua Na Análise de Discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 189-200, 2003.

FISS, Dóris Maria Luzzardi. **Os processos de construção da autoria e do mal-estar docente numa escola pública estadual**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. 202 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 1998.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>

HALL, Stuart. A Identidade em Questão. In: HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. P. 07-22.

KATZ, Jonathan Ned. **A Invenção da Heterossexualidade**. Tradução por Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Gênero e Sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Ministério da Educação: Brasília, 2009. P. 85-94.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **A Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUFT, Celso Pedro. **Pequeno dicionário da língua portuguesa**. 14. ed. São Paulo: Scipione, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**.

MUTTI, Regina Maria Varini. Indisciplina e discurso pedagógico: efeitos de sentidos diversos em confronto. **Educação**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 347-358, set.-dez. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/18082/12443>

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

ORLANDI, Eni P. A fala de muitos gumes. In: ORLANDI, Eni P. **A Linguagem e Seu Funcionamento: as formas do discurso**. 4<sup>a</sup> ed. Campinas: Pontes, 1996. P. 263-276.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 10. Ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. P. Boatos e Silêncios: os trajetos dos sentidos, os percursos do dizer. In: ORLANDI, Eni. P. **Discurso e Texto: formulações e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001. p. 127-139.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Campina, São Paulo: UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2010. p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2. Ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2010. p. 163-252.

PINTO, Flávio Santos. **RuPaul's Drag Race, fenômeno de audiência, inicia sétima temporada**. *Jornal Vida e Arte*, 2015. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2015/03/02/noticiasjornalvidaarte,3400167/rupaul-s-drag-race-fenomeno-de-audiencia-inicia-setima-temporada.shtml>>. Acesso: 30 de out. de 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 567 **Revista Contrapontos - Eletrônica, Vol. 14 - n. 3 - set-dez 2014** ISSN: 1984-71142, Aug.1988. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000200007 &lng](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng)

SANTOS, Sônia Sueli Berti. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. p. 209-234.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SCRIVANO, Roberta; NETO, João Sorima. **Potencial de compras LGBT é estimado em R\$ 419 bilhões no Brasil**. *O Globo*, 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/potencial-de-compras-lgbt-estimado-em-419-bilhoes-no-brasil-15785227>>. Acesso em: 30 de out. de 2016.

SUL21. **Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou**. Sul21, 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>> Acesso em: 30 de out. de 2016a.

SUL21. **Sociólogo diz que há uma crise da democracia representativa no Brasil**. Sul21, 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/sociologo-diz-que-ha-uma-crise-da-democracia-representativa-no-brasil/>> Acesso: 30 de out. de 2016b.

TALENTO, Biaggio. **318 homossexuais foram mortos no Brasil em 2015**. *A Tarde – UOL*, 2016. Disponível em: <<https://ggb.org.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015>>. Acesso em: 19 de out. de 2016.

**APÊNDICE A – TABELA DE DADOS DOS PARTICIPANTES**

<b>Nº E NOME FICTÍCIO</b>	<b>CIDADE</b>	<b>IDADE</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>SEXUALIDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>ONDE FOI FEITA?</b>
1 (Amadeus)	POA	28	Masc.	Homossexual	Cabeleireiro	Ensino Médio	--
2 (Alden)	Gravataí	25	Masc.	Homossexual	Biomédico	Especialização em curso	Biomedicina/UFRGS Pós na ISSEC
3 (Garwin)	POA	18	Masc.	Homossexual	Estudante	Graduação em curso	Pedagogia/UFRGS
4 (Vougan)	Alvorada	21	Masc.	Homossexual	Estudante	Graduação em curso	Med. Veterinária/Uniritter
5 (Airell)	POA	30	Masc.	Homossexual	Arq. e Urbanista	Graduação	Arquitetura e Urbanismo/N.F
6 (Bellona)	POA	25	Fem.	Bi/Pansexual	Estudante	Graduação em curso	Arquitetura e Urbanismo/Unisinos
7 (Albion)	POA	19	A-gênero	Pansexual	Estudante	Graduação em curso	Pedagogia/UFRGS
8 (Arela)	POA	22	Fem.	Assexual/polirromântica	Estudante	Graduação em curso	Pedagogia/UFRGS
9 (Tristan)	POA	33	Masc.	Homossexual	Radialista e ator	Graduação em curso	Pedagogia/UFRGS
10 (Nolan)	POA	26	Masc.	Homossexual	Consultor	Mestrado em curso	Adm. E Negócios/PUCRS
11 (Owyn)	POA	27	Masc.	Homossexual	Estudante	Graduação em curso	Direito/Uniritter
12 (Phelan)	Canoas	36	Masc.	Homossexual	Professor e Diretor de Teatro	Graduação	Comunicação e Artes do Corpo/PUC SP e Ciências Sociais/UFRGS
13 (Morgan)	POA	25	Masc.	Homossexual	Designer de Moda Ética	Tecnólogo	Curso Superior de Tec. em Design de Moda – UPF
14 (Killian)	POA	23	Masc.	Homossexual	Estudante	Graduação	Engenharia Mecânica/UFRGS
15 (Kendall)	POA	24	Masc.	Homossexual	Historiador	Mestrado	História/UFF
16 (Jarvis)	POA	24	Masc.	Homossexual	Pedagogo	Especialização em curso	Pedagogia/IPA